

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Peter Thomas Caisse

A VITALIDADE LINGUÍSTICA DOS CRIoulos DO HAITI E DA LUISIANA:  
OS LIMITES DA POLÍTICA E DAS ATITUDES LINGUÍSTICAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP  
para Obtenção do Título de Mestre em  
Linguística.

Orientadora: Professora Doutora  
Tânia Maria Alkmim

CAMPINAS

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

C124v	<p>Caisse, Peter Thomas, 1986-</p> <p>A vitalidade linguística dos crioulos do Haiti e da Luisiana: os limites da política e das atitudes linguísticas / Peter Thomas Caisse. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.</p> <p>Orientador : Tânia Maria Alkmim. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Crioulos - Haiti. 2. Crioulos - Louisiana (Estados Unidos). 3. Atitudes linguísticas. 4. Política linguística. 5. Sociolinguística. I. Alkmim, Tânia Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	---

Informações para Biblioteca Digital

**Título em inglês:** The language vitality of Haitian and Louisiana Creole: the limits of language policy and language attitudes.

**Palavras-chave em inglês:**

Creoles - Haiti

Creoles - Louisiana (United States)

Language attitudes

Language policy

Sociolinguistics

**Área de concentração:** Lingüística.

**Titulação:** Mestre em Linguística.

**Banca examinadora:**

Tânia Maria Alkmim [Orientador]

Lilian do Rocio Borba

Laura Álvarez López

**Data da defesa:** 28-02-2012.

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Tânia Maria Alkmim

Tânia Alkmim

Lilian do Rocio Borba

Lilian do Rocio Borba

Laura Álvarez López

Laura Alvarez

Ana Raquel Motta de Souza

\_\_\_\_\_

Vandersí Sant'Ana Castro

\_\_\_\_\_

IEL/UNICAMP  
2012

A Ruth, com todo o amor  
e toda a inspiração que ela cria em mim.

e

A meu avô, George Caisse,  
ativista político e linguista/historiador amador,  
que faleceu durante a produção deste trabalho  
que eu gostaria tanto que ele pudesse ler.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Tânia Maria Alkmim, por me trazer sempre de volta ao caminho quando ficava desnortado;

Aos membros da banca examinadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lilian do Rocio Borba e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Álvarez López, pelos comentários e pelas sugestões feitos na defesa. Aos membros suplentes, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Raquel Motta de Souza e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vandersí Sant'Ana Castro, por aceitarem o convite;

À minha esposa, Ruth Battistetti Cardoso de Almeida Caisse, por seu apoio, seu amor constante e ajuda na produção da versão final deste trabalho;

Ao Rafael Olivato pelo apoio, pelas trocas de ideias linguísticas e pela amizade;

Aos meus pais, Michael e Karen Caisse, por sua ênfase na educação e por me encorajar a viajar;

Ao meu avô, George Caisse, cuja curiosidade, paixão pelo conhecimento, pela língua e pela viagem e cujos pensamentos políticos esquerdistas me influenciaram enormemente;

Aos professores do Departamento de Lingüística do IEL que contribuíram para minha formação; agradeço, especialmente, a Bernadete Abaurre e a Maria Irma Hadler Coudry (Maza).

À CAPES pelo apoio financeiro.

## RESUMO

O Haiti e a Luisiana são ligados por vários paralelos sociohistóricos. Ambos sofreram colonização francesa e espanhola, sendo mais marcados pela primeira. Nos dois lugares foi implantada a economia *plantation* na qual a mão-de-obra era de escravos do oeste da África. A organização social e demográfica resultante – isto é, uma população majoritariamente escrava e linguisticamente diversa que tinha contato limitado com os senhores franceses – levou à formação de dois crioulos franceses distintos e estruturalmente parecidos. Contudo, apesar dessas semelhanças do período colonial, atualmente, o crioulo haitiano é o crioulo mais falado do mundo e o crioulo da Luisiana está moribundo. Neste trabalho, examinam-se quais foram os motivos sociohistóricos do período pós-colonial que resultaram nessas duas realidades contrastantes, tratando da política linguística, especificamente a legislação linguística, a padronização e a educação, e de questões acerca de atitudes linguísticas, além de considerações mais práticas – geográficas e socioeconômicas – envolvidas na formação da vitalidade de uma língua.

**Palavras chaves:** sociolinguística, sociologia da linguagem, multilinguismo, Haiti, Luisiana, crioulo, língua crioula, crioulo haitiano, crioulo da Luisiana, política linguística, educação, atitudes linguísticas, vitalidade linguística, conversão linguística, atrito linguístico, morte da língua

## **ABSTRACT**

Haiti and Louisiana are connected via a number of sociohistorical parallels. Both were colonized by the French and the Spanish, but were much more culturally and linguistically influenced by the French presence. In both places, the plantation economy system took hold with a labor force comprised of West African slaves. The resulting social organization and demography – i.e. a linguistically diverse slave majority with limited contact with their French masters – lead to the formation of two distinct but structurally similar French creoles. However, despite these similarities between Haiti and Louisiana during the colonial period, Haitian Creole is currently the most spoken creole language in the world while Louisiana Creole is moribund. In this thesis, the sociohistorical factors of the post-colonial period that resulted in these two contrasting linguistic realities are examined, with an analysis of the language policy – specifically language legislation, standardization, and education – and its impact, as well as that of language attitudes and of more practical issues such as geography and economics, in shaping the vitality of these two languages.

**Key Words:** sociolinguistics, sociology of language, multilingualism, Haiti, Louisiana, creole, creole language, Haitian Creole, Louisiana Creole, language policy, education, language attitudes, linguistic vitality, language shift, language attrition, language death

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1 O QUE É UM CRIOULO? .....	1
1.2 O HAITI E A LUISIANA .....	5
<b>2 A FORMAÇÃO DOS CRIoulos</b> .....	<b>10</b>
2.1 A CHEGADA DOS EUROPEUS E O PERÍODO COLONIAL .....	10
<b>3 ANÁLISE ESTRUTURAL</b> .....	<b>18</b>
3.1 ORTOGRAFIA .....	19
3.2 LÉXICO .....	20
3.3 FONOLOGIA.....	21
3.4 GRAMÁTICA .....	23
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	30
<b>4 PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO</b> .....	<b>31</b>
4.1 HAITI .....	32
4.2 LUISIANA .....	43
<b>5 POLÍTICA LINGUÍSTICA</b> .....	<b>49</b>
5.1 HAITI .....	49
5.2 LUISIANA .....	55
<b>6 ATITUDES LINGUÍSTICAS</b> .....	<b>60</b>
6.1 DEFINIÇÃO .....	60
6.2 METODOLOGIA PARA ABORDAGEM .....	61
6.3 ATITUDES LINGUÍSTICAS NO HAITI E NA LUISIANA .....	62
6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	65
<b>7 VITALIDADE LINGUÍSTICA</b> .....	<b>67</b>
7.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA.....	68
7.2 ATITUDES LINGUÍSTICAS .....	69
7.3 CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS .....	69
7.4 A MORTE DA LÍNGUA.....	70
7.5 TRAGÉDIA SOCIAL OU ADAPTAÇÃO?.....	72
7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	72
<b>8 CONCLUSÃO</b> .....	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>76</b>
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	<b>81</b>

# 1 Introdução

Para começar a abordar o tema, partimos para uma definição de uma língua crioula e, em seguida, discutimos os dois crioulos em questão como objeto de estudo.

## 1.1 O que é um crioulo?

Este estudo trata de duas línguas crioulas francesas distintas: o crioulo haitiano (doravante CH) e o crioulo da Luisiana (doravante CL). Etimologicamente, segundo Michel DeGraff (2005), o termo é originário da palavra *crioulo* em português e/ou de *crioullo* em espanhol, que significa “criado no domicílio” (p. 541, tradução minha). De acordo com Salikoko Mufwene (2001), o termo tem suas origens nas colônias ibéricas no século XVI e fazia referência a não-indígenas nascidos nas colônias, ou até às plantas, aos animais e aos costumes típicos dessas colônias, somente passando a se referir a uma língua no século XVIII.

Segundo Albert Valdman (1978:10), uma língua crioula era conhecida como uma língua europeia corrompida falada por negros ou usada por brancos “crioulos” para se comunicar com negros. Vale ressaltar que, em muitos casos, línguas crioulas mantêm esse estigma até hoje, inclusive entre falantes de crioulos.

Para começar a abordar o tema, isto é, a vitalidade desses dois crioulos em questão, é importante definir o que é chamado de crioulo pelos linguistas atualmente, embora essa tarefa possa ser complicada, já que não há consenso entre crioulistas sobre o que, precisamente, constitui um crioulo, ou mesmo quais critérios deveriam ser usados para se chegar a uma definição.

Numa tentativa de definir esse termo, muitos crioulistas se apoiam na gênese das línguas crioulas e em dados históricos que podem esclarecer tal gênese, na psicologia/fisiologia humana ou numa estrutura comum que descreve os crioulos, sendo os crioulos franceses e os ingleses os mais conhecidos segundo Mufwene (2001a). Passemos por uma breve análise de definições variadas.

### 1.1.1 A relação genética

Como as línguas crioulas são resultado de uma situação de contato linguístico extrema (ver Tarallo & Alkmim, 1987), a classificação genética é problemática.

Vejamos as três correntes principais: a universalista, a superstratista, e a substratista, conforme a divisão de Mufwene (2001a).

Segundo Chaudenson (1992), a crioulística tem suas origens nos trabalhos de Adolfo Coelho, um português que atuou no final do século XIX. Em *Os dialectos romanicos ou neolatinos na Africa, Asia e America* (1881), ele relata que pretende estudar “os dialetos portugueses”, ou seja, línguas de contato cujo lexificador – a língua que contribuiu a grande maioria do léxico – é o português. De acordo com Coelho, a estrutura dos crioulos se deve a leis psicológicas ou fisiológicas humanas inatas e não às línguas antigas dos falantes de crioulos. Bickerton (1984) partiu dessa proposta universalista e a desenvolveu, propondo que, ao criar um crioulo, as crianças atribuem os valores padrões aos parâmetros da Gramática Universal.

Por sua vez, a corrente superstratista enfatiza o superstrato, a(s) língua(s) de prestígio social, que, no caso dos crioulos, são as línguas europeias (no caso deste trabalho, o francês, já que se trata de crioulos cujo léxico vem do francês), ou certas variedades regionais destas. Partindo dessa teoria, um crioulo seria, fundamentalmente, uma variedade de uma língua europeia com influência de línguas africanas. Segundo Mufwene (2001a), com respeito aos crioulos franceses, Faine (1937) defendeu a tese, posteriormente adotada por Hall (1958), de que o CH era fundamentalmente o francês da Normandia.

Em contraposição a esta, temos a corrente substratista na qual se destacam principalmente os substratos, as línguas de menos prestígio social, ou seja, as línguas africanas. De acordo com Mufwene (2001a), essa corrente se atribui a Sylvain (1936) e se resume à descrição de sua conclusão na qual ela descreve o CH como o ewe (uma língua nigero-congolesa do oeste da África) falado com vocabulário francês.

### **1.1.2 A gênese dos crioulos**

Conforme escreve Klinger (2003), a teoria da monogênese, ao menos na sua forma inicial dos anos 60, propõe que todas as línguas crioulas com léxico de base europeia sejam derivadas de uma fonte comum a fim de explicar as grandes semelhanças entre essas línguas. Essa fonte seria um pidgin português ou afro-português usado na costa oeste da África, sendo um pidgin

uma variedade de contato criada para facilitar a comunicação entre falantes de línguas diferentes (muitas vezes para comércio) que tem instabilidade interna e que não é a língua materna de ninguém. Posteriormente, esse pidgin saiu da África, sendo difundido para as colônias onde foi relexificado, isto é, seu léxico foi substituído por itens lexicais da língua europeia dominante do lugar, embora tenha mantido sua gramática original. Klinger nota que essa teoria, nessa forma, foi logo abandonada pela maioria dos crioulistas. Chaudenson (1992) nega a teoria da monogênese, descrevendo-a como não-científica, pois um estudo rigoroso nunca foi feito para comprovar essas semelhanças sistemáticas entre os crioulos; e desnecessária, porque as semelhanças poderiam ser explicadas de outras formas, sendo provenientes das línguas de base lexical ou resultado de propriedades universais da aquisição da linguagem.

Robert Hall em *The life cycle of pidgin languages* (1962) propôs outra gênese e, portanto, outra definição de crioulo, desenvolvendo a constatação de Bloomfield de que, uma vez que o pidgin se torna a língua única do grupo, ele passa a ser uma língua crioula. Ele descreveu o ciclo de vida pidgin-crioulo no qual um pidgin se transforma num crioulo mediante um processo de nativização. Quando esse pidgin se nativiza – é adquirido pela próxima geração de falantes como língua materna – ele se transforma em crioulo, uma língua plenamente expressiva que sofreu essa gênese particular. Assim, uma língua crioula seria um pidgin nativizado.

Chaudenson (1992), por sua vez, propõe outro modelo de crioulição. Neste modelo, a distinção entre *société d'habitation*, uma sociedade de pequenas propriedades trabalhadas pelo *habitant* (o pequeno agricultor), sua família, e poucos escravos (se tiverem alguns), e *société de plantation*, latifúndios de monocultura de mão-de-obra escrava, é primordial. Na primeira, os escravos tinham uma relação mais íntima com seu mestre francófono, mais contato com a língua que ele falava e mais estímulo para aprender essa língua dominante, já que os escravos formavam um grupo linguisticamente heterogêneo, dificultando o uso de uma língua africana, e que o francês era mais importante para a sobrevivência dos escravos. Na segunda, com a importação intensa de escravos, os escravos tinham pouco contato com os brancos francófonos. Sob essa organização social, os novos escravos (os *bossales* em francês), recém-chegados da África, aprendiam com os escravos que já moravam na colônia fazia tempo e acabavam aprendendo aproximações de aproximações do francês. Uma vez que a importação de escravos cessasse, uma convenção se estabelecia e uma língua distinta se desenvolvia: um crioulo.

### 1.1.3 Definição estrutural

Bickerton (1984) propôs que os crioulos podem ser definidos a partir de uma estrutura semelhante. Nesse sentido, McWhorter (1998, 2005) até sugeriu critérios para um protótipo crioulo, propondo três características – ausência parcial ou total de morfologia flexional; ausência parcial ou total de tom para contrastar lexicalmente as palavras monossilábicas ou codificar a sintaxe; e afixação derivacional semanticamente transparente – comuns a todos os crioulos, que têm, de acordo com ele, as gramáticas mais simples do mundo. Essas teorias não consideram o contexto sociohistórico da formação de línguas crioulas, enfatizando somente aspectos estruturais. DeGraff (2005) critica essa abordagem, denunciando-a como fazendo parte do “excepcionalismo dos crioulos”, um conjunto de crenças falsas coloniais e neocoloniais relacionadas ao racismo e à escravidão que supõem certa deficiência estrutural, frequentemente em forma de pobreza morfológica, além de uma falta de poder expressivo nas línguas crioulas, o que as deixa inadequadas para certos usos, na escrita e na educação, por exemplo.

### 1.1.4 Definição sociohistórica

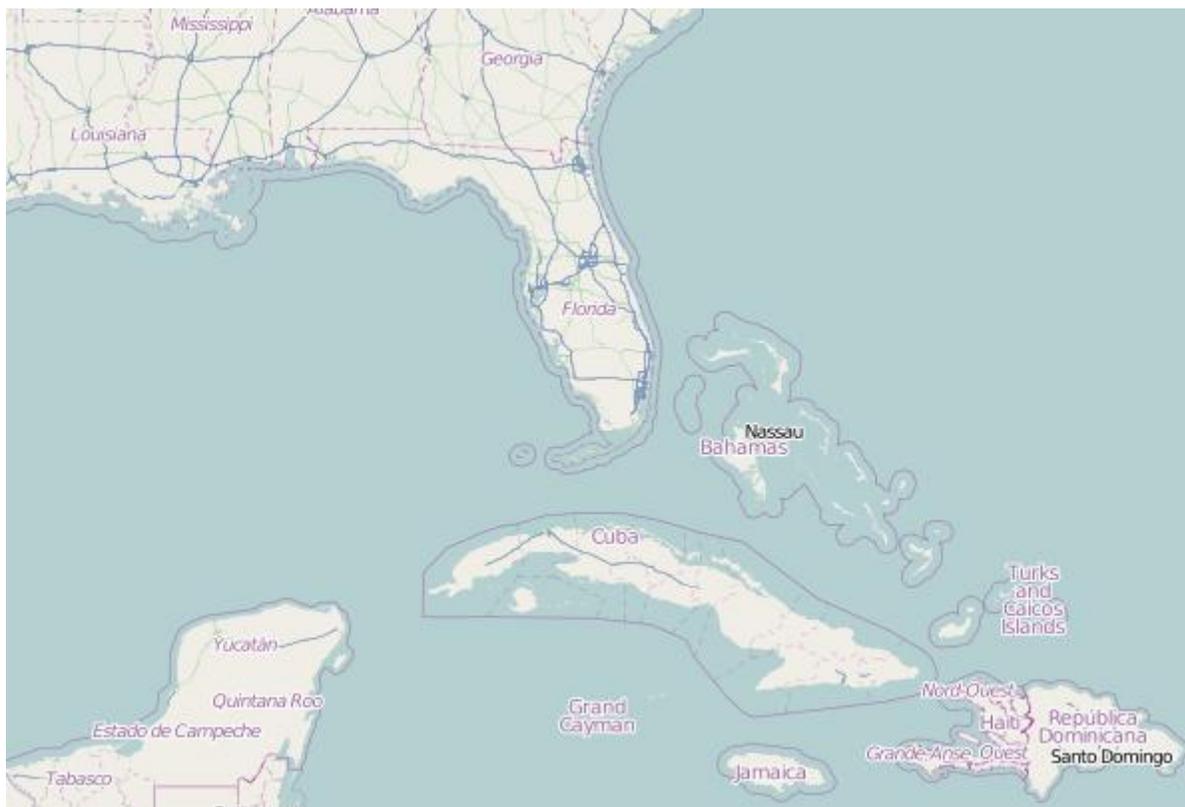
Neste trabalho, não se pretende dar um tratamento completo de todas as teorias de gênese dos crioulos, que são muitas (para isso, ver Mufwene, 2001a), nem propor uma nova análise. (O processo de formação de um crioulo, altamente polêmico, também não será discutido aqui.) No entanto, é preciso uma definição a fim de elaborar uma discussão sobre os dois crioulos abordados.

Nesse sentido, tomaremos como base a definição de DeGraff (2005:541) que é, sobretudo, sociohistórica e não estrutural, descrita por ele como uma definição “ateórica, externa à língua e sociohistoricamente fundamentada”. De acordo com DeGraff, crioulos são as variedades linguísticas que se desenvolveram nas colônias e nas sociedades de *plantation* das Américas dos séculos XVII a XIX. No Caribe, essas comunidades “crioulas” surgiram relativamente abruptamente, resultado da colonização europeia após a chegada de Cristóvão Colombo. As línguas crioulas do Caribe se desenvolveram entre europeus e africanos como aproximações da língua dominante. Esse contexto sociohistórico traz consigo um contínuo de poder sociopolítico, do superstrato, a língua de prestígio social, ao substrato, a língua com

carência de prestígio. É dessa perspectiva e nesse contexto que serão tratados os dois crioulos em questão.

## 1.2 O Haiti e a Luisiana

O Haiti e a Luisiana têm certa proximidade geográfica e climática. O Haiti é um país caribenho tropical localizado na parte oeste da ilha Hispaniola, fazendo, assim, fronteira com a República Dominicana que ocupa a parte leste da ilha. A Luisiana é um estado subtropical da região sul dos Estados Unidos da América à beira do Golfo do México (ver Figura 1).



**Figura 1.** Mapa do Haiti (canto inferior direito) e da Luisiana (canto superior esquerdo) ([www.openstreetmap.org](http://www.openstreetmap.org))

Além disso, e mais relevante para este trabalho, existe uma ligação sociohistórica entre os dois países, com vários aspectos em comum. Ambos sofreram colonização francesa e espanhola, sendo mais marcados pela primeira, o que será mais elaborado no capítulo a seguir. Nos dois

lugares, foi implantada a economia *plantation* na qual a mão-de-obra era de escravos do oeste da África. Os escravos trabalhavam na produção de certos cultivos lucrativos da época: índigo, algodão, açúcar e café, mas em ambos o açúcar foi o produto chave que resultou na organização social e demográfica necessária para a criação de um crioulo, isto é, segundo Lefebvre (1998), uma população escrava majoritária e linguisticamente diversa que tinha contato limitado com os senhores franceses. Embora o desenvolvimento do sistema *plantation* tenha sido mais tardio na Luisiana, contribuindo para a criação de mais variedades aparentadas ao francês, surgiu um crioulo francês tanto na Luisiana quanto no Haiti. Além disso, essas línguas crioulas são estruturalmente parecidas, como veremos no capítulo III, com semelhanças no plano léxico, fonológico e gramático.

Contudo, atualmente, o crioulo haitiano é a língua nacional do Haiti e o crioulo mais falado do mundo, enquanto o crioulo da Luisiana, segundo Klinger (2003), não será mais falado dentre de duas ou três décadas. Assim, dadas as semelhanças expostas acima, temos um laboratório sociolinguístico interessante para examinar a vitalidade dessas duas línguas por meio de uma discussão a respeito da situação sociolinguística atual, da política linguística – a legislação linguística, a padronização e a educação – e das atitudes linguísticas. Sobretudo, examinaremos a história pós-crioulização de cada um desses países que levou à presente situação, já que são duas línguas estruturalmente parecidas, de uma formação similar em termos socioeconômicos e sociohistóricos, com certa aproximação geográfica e climática. Neste sentido, examinam-se quais foram os motivos sociohistóricos que resultaram nessas duas realidades contrastantes. Além dessa análise, até que ponto a política linguística e as atitudes linguísticas influenciaram a vitalidade dessas línguas será discutido, e conclusões acerca da perda de vitalidade serão tiradas.

### **1.2.1 Objetivo**

O objetivo principal deste trabalho é, portanto, descrever as situações sociolinguísticas atuais no Haiti e na Luisiana e mostrar como essas foram estabelecidas, baseando-se em questões sociohistóricas, a fim de discutir a vitalidade linguística das línguas crioulas em questão, além de salientar a estrutura dessas como línguas plenamente expressivas que com certa formação sociohistórica. Os limites da política linguística – da legislação linguística, da padronização e da

educação – como instrumento na determinação da vitalidade linguística são discutidos e considerações práticas, como fatores geográficos e econômicos, são enfatizadas. Por fim, a consideração da morte da língua, sendo o CL ameaçado de extinção, como tragédia social ou cultural é questionada.

### 1.2.2 Metodologia e justificativa

A metodologia utilizada para atingir o objetivo é a comparação histórica e estrutural entre os dois crioulos em questão, feita por meio do levantamento bibliográfico de artigos, livros, e legislação linguística, principalmente em francês e em inglês, acerca do tema.

O Haiti e a Luisiana foram escolhidos para este estudo comparativo porque ambos os lugares apresentam semelhanças nos planos:

1. **Histórico.** Ambos sofreram colonização francesa e espanhola, sendo mais marcados pela primeira. Nos dois os lugares, foi implantada a economia *plantation*. A organização social e demográfica resultante – isto é, uma população majoritariamente escrava e linguisticamente diversa que tinha contato limitado com os senhores franceses – levou à formação de dois crioulos franceses distintos e estruturalmente parecidos, como é tratado no capítulo II.
2. **Geográfico-Climático.** O Haiti é um país caribenho tropical localizado na parte oeste da ilha Hispaniola, e a Luisiana é um estado subtropical da região sul dos Estados Unidos da América à beira do Golfo do México. A localização de ambos os lugares permite acesso marítimo, facilitando o transporte, particularmente na época colonial, e seu clima permitia a plantação de cultivos lucrativos como índigo, algodão, café e, sobretudo, açúcar, na economia *plantation*.
3. **Linguístico.** A partir das condições descritas nos itens 1 e 2, surgiram dois crioulos franceses estruturalmente parecidos (neste sentido, Klinger (2003) observa a facilidade com que falantes do CH e do CL aprendem a língua do outro).

Assim, temos uma série de semelhanças históricas, geográfico-climáticas e linguísticas ligando o Haiti e a Luisiana, sendo esses tratados de forma simultânea neste trabalho através de

um cruzamento histórico dividido em dois períodos: o período colonial e o período pós-colonial. Em linhas gerais, podemos fazer a mesma divisão temporal entre o período da criouliização e o período pós-criouliização. Essa divisão reforça a natureza histórica do trabalho.

No entanto, as vitalidades desses crioulos, produtos das semelhanças sociohistóricas, são opostas: atualmente, o CH é o crioulo mais falado do mundo e o CL está moribundo. É evidente que essa grande divergência na vitalidade não pode ser por conta de diferenças na formação ou na estrutura dessas línguas. Portanto, com base nas semelhanças do período colonial/da criouliização e nas semelhanças estruturais, atribuímos as diferenças na vitalidade dessas duas línguas ao período pós-colonial/pós-criouliização. Assim, com base na situação sociolinguística atual (capítulo IV), a vitalidade divergente é explicada por outros meios: pela política linguística, pelas atitudes linguísticas e por considerações práticas, isto é, geográficas e socioeconômicas (capítulos V e VI), e conclusões são tiradas acerca da vitalidade decrescente do CL e da morte da língua em termos gerais.

### **1.2.3 Quadro teórico**

Teoricamente, o trabalho se encontra no quadro da macro-sociolinguística ou da sociologia da linguagem que Hudson (1996) descreve como “o estudo da sociedade em relação à língua” (p. 4, tradução minha), em contraposição à micro-sociolinguística que é definida inversamente como “o estudo da língua em relação à sociedade” (p. 4, tradução minha).

Com essa ênfase na sociedade, investigam-se as atitudes linguísticas e seus fundamentos históricos que levaram à certa demografia e distribuição funcional nas sociedades discutidas e, no caso da Luisiana, até à conversão linguística e a mudanças estruturais. Nesse sentido, parece difícil manter uma divisão estrita entre a micro e a macro-sociolinguística, pois a dinâmica sociolinguística pode afetar a estrutura da língua e, por sua vez, uma compreensão da estrutura da língua informa a discussão da sua formação e do seu uso. Portanto, este trabalho se encaixa na sociologia da linguagem, embora reconheça-se os limites da distinção macro/micro.

Em termos de autores específicos, são centrais para este trabalho: a definição de língua crioula de Michel DeGraff (2005) como língua com certa formação sociohistórica, plenamente expressiva; a abordagem sociohistórica de Robert Chaudenson (1992) da criouliização; a diglossia de Charles Ferguson (1959), e a crítica subsequente de Yves Dejean (1983, 1993) da

sua aplicação no caso haitiano; as descrições do CH de Albert Valdman (1978) e de Claire Lefebvre (1998) e as do CL de Thomas Klinger (2003); a teoria prévia da morte da língua de Hans-Jürgen Sasse (1992) na qual o caso do CL se encaixa; e a teoria de Salikoko Mufwene (2003) sobre a vitalidade linguística.

## 2 A formação dos crioulos

Propomos que, para entender questões atuais acerca do CH e do CL, é preciso entender sua história. Neste sentido, analisamos a formação dos crioulos desde a chegada dos europeus até o final do período colonial. O Haiti e a Luisiana serão tratados separadamente e nesta ordem.

### 2.1 A chegada dos europeus e o período colonial

#### 2.1.1 Haiti

Segundo Howard Zinn (2003), a ilha de Hispaniola (onde ficam o Haiti e a República Dominicana hoje em dia) foi o primeiro lugar colonizado por Colombo na sua viagem para as Américas em 1492. Colombo estava particularmente interessado em ouro, dada a promessa de extração dessa jazida feita à família real da Espanha, financiadora da viagem.

Os aruaques, os nativos deste território, moravam em pequenos coletivos, cultivavam milho, inhame e mandioca e não tinham animais de trabalho, tal como cavalos. Ainda que não praticassem metalurgia, usavam pequenos enfeites de ouro nas orelhas, o que chamou a atenção de Colombo. Interessado na extração de jazidas de ouro, Colombo capturou alguns aruaques e iniciou um processo de escravização desse povo, cuja atividade principal seria trabalhar nas minas de ouro.

Nesse sentido, Bartolomé de las Casas, frade e historiador espanhol, no segundo volume de *Historia de las Indias* (Zinn, 2003), conta as crueldades desumanas sofridas pelos aruaques que ele mesmo testemunhou. Os espanhóis, embriagados pelo poder, ficaram cada vez mais arrogantes, chegando inclusive a se recusarem a andar qualquer distância, preferindo ser carregados pelos aruaques. A brutalidade colocada por las Casas pode ser evidenciada também no fato de que eles matavam os aruaques sem hesitar e cortavam pedaços de sua carne para testar se a faca estava afiada. Num relato particularmente perturbador de las Casas, os espanhóis, ao avistarem dois meninos com araras no ombro, roubaram os pássaros pela diversão e decapitaram os meninos.

Sob o domínio dos *conquistadores*, os homens aruaques foram forçados a trabalhar nas minas de ouro longe das suas casas enquanto as mulheres foram obrigadas a trabalhar no preparo da terra para o plantio de mandioca. O excesso de trabalho e a falta de comida mataram tanto os

homens quanto as mulheres. Essas condições desesperadoras levaram os aruaques a fugir, se suicidar, cessar de procriar por exaustão e cometer infanticídio para salvar os filhos da opressão espanhola (Zinn, 2003).

Além disso, é importante destacar o impacto que a varíola teve na morte dos nativos. O primeiro surto das Américas dessa doença à qual os nativos não tinham imunidade foi em 1507 na Hispaniola, extinguindo nações indígenas inteiras. Os espanhóis, por sua vez, sofriam, e morriam, da febre amarela (Kohn, 2008).

Como consequência da exterminação ativa dos nativos pelos espanhóis e da exterminação passiva deles pela doença, de acordo com las Casas, de 1494 a 1508, 3 milhões de aruaques morreram no que somente pode ser chamado de genocídio (Zinn, 2003)<sup>1</sup>.

Segundo Ott (1973), após o esgotamento da fonte de recursos naturais no oeste da Hispaniola, os espanhóis, ainda interessados na mineração, migraram para o leste da ilha. Uma vez abandonada a parte ocidental da Hispaniola, os *boucaniers* – piratas franceses que viviam do *boucan*, uma grelha usada para defumar carne<sup>2</sup> – deixaram a ilha de Tortuga (Tortue) e entraram na Hispaniola atrás de gado que tinha escapado dos espanhóis. A França reconheceu os assentamentos dos *boucaniers* e, em 1665, lhes mandou um governador: Bertrand d’Ogeron, que conseguiu controlar os habitantes mais problemáticos, expulsando alguns *boucaniers* para Tortuga, e incentivar mulheres – principalmente prostitutas e mulheres das ruas de Paris – a irem para a ilha a fim de criar famílias e instalar uma colônia permanente. Em 1675, ano da morte de Ogeron, os *boucaniers* já estavam com cultivos e a colônia francesa de Saint-Domingue estava estabelecida, sendo sua existência oficialmente reconhecida pelos espanhóis em 1697.

---

<sup>1</sup> A validade desses valores é questionada por outros historiadores, variando as estimativas da população indígena de menos de um milhão até 8 milhões (Zinn, 2003). Independentemente disso, há consenso que a população indígena foi dizimada.

<sup>2</sup> Ver o *Dictionnaire universel d’histoire et de géographie* (1878) de Bouillet.

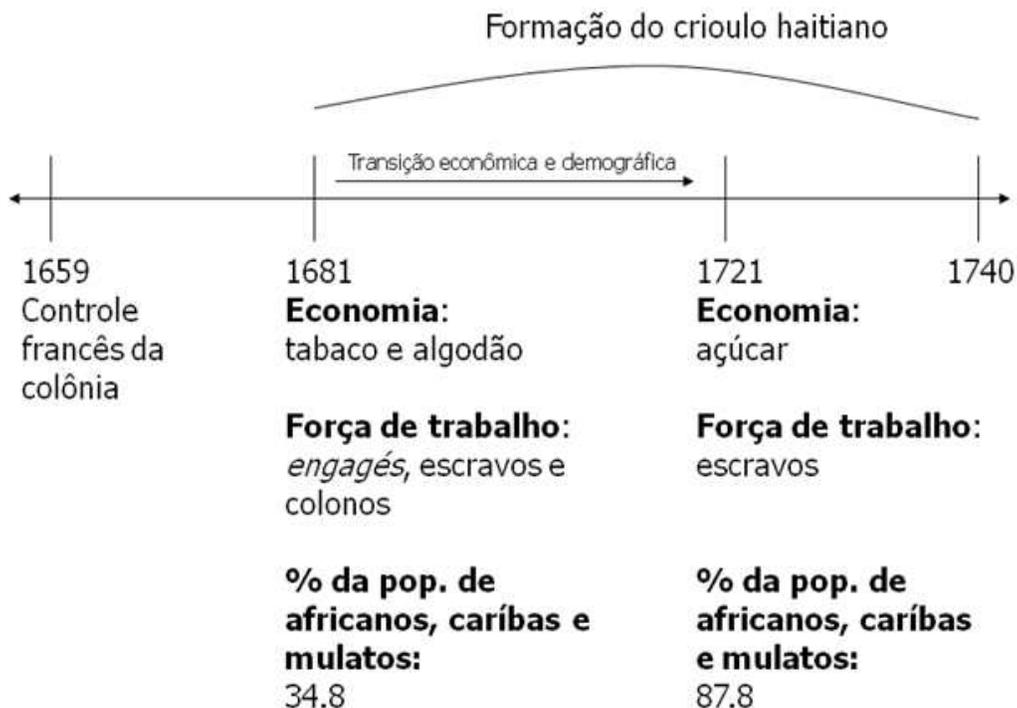


**Figura 2.** Mapa do Haiti (CIA World Factbook, 2011).

Sob o domínio francês, consolidaram-se três divisões geográficas e administrativas: a província norte, cujo centro urbano e um dos melhores portos haitianos é o Cabo Haitiano (conhecido como Le Cap François na época colonial); oeste, cuja maior cidade, Porto Príncipe, se tornaria a capital haitiana; e sul, cujo porto principal é Les Cayes. Até o século XVIII, a França desenvolveu um sistema administrativo completo para Saint-Domingue (Ott, 1973).

O interesse principal na colônia para a França e outros países sempre foi econômico. Até o final do século XVII, a economia de Saint-Domingue se baseava em propriedades grandes e pequenas com mão-de-obra de colonos, *engagés* (trabalhadores europeus contratados) e escravos. Porém, no século 18, a colônia floresceu economicamente com a importação massiva de escravos africanos para trabalhar nas plantações de cana de açúcar. A mudança para um sistema agrícola *plantation* – uma monocultura de exportação por meio de latifúndios de mão-de-obra escrava (Higman, 2002) – transformou a demografia da colônia. De acordo com Lefebvre (1998), essa mudança levou a condições favoráveis para a formação do CH; ou seja, uma comunidade linguística multilíngue com falantes de línguas mutuamente incompreensíveis – o que gerou a necessidade de um sistema de comunicação comum – e que têm pouco contato direto com falantes do superstrato, neste caso, o francês. Assim, Singler (1996:193) constata que

o crioulo haitiano provavelmente se desenvolveu entre 1680 e 1740 durante a transição para uma economia açucareira. Vejamos o gráfico abaixo:



**Figura 3.** O período da formação do crioulo haitiano com as condições econômicas e demográficas (Singler, 1996).

Na segunda metade do século XVIII, sob o sistema *plantation*, o Haiti atingiu o ápice da sua produtividade econômica, de 1763 a 1791. De acordo com Ott (1973), na véspera da Revolução Haitiana, Saint-Domingue tinha 655 plantações de cana de açúcar, 1.962 de café e 398 de algodão e índigo, e contava um terço do comércio externo da França. Nessa época, a população escrava, que era muito maior do que a de colonos, ainda falava línguas africanas, principalmente línguas do grupo nigero-congolês, sobretudo as línguas gbe do ramo kwa segundo Singler (1996), e continuou a falá-las até o começo do século XIX. Porém, foi nesse período que o crioulo, já bem consolidado na colônia, começou a se tornar dominante. Segundo Hilaire (1993:255 apud Lefebvre, 1998:57, tradução minha), “Na época da Revolução (1791), a posição do crioulo na região já era suficientemente forte para servir de instrumento de unificação

e de identidade do poder das massas negras. Isso levou à erosão contínua das línguas africanas.”<sup>3</sup> Porém, atrás desse modelo de eficiência econômica, escondia-se o rancor de uma população maltratada que gozava de uma grande superioridade numérica. Foi em agosto de 1791 que os escravos, revoltados com as barbaridades cotidianas que caracterizavam suas vidas e com líderes revolucionários inspirados pelo sentimento da Revolução francesa e, mais ou menos unidos sob uma língua, revoltaram-se. Seria o início de uma nova nação e da primeira república negra, atingindo a independência em 1804, com sua língua nacional, o crioulo<sup>4</sup>.

### 2.1.2 Luisiana

No caso da Luisiana, segundo Klinger (2003), o primeiro contato europeu com o Vale Inferior do Mississipi foi em 1539, quando o espanhol Hernando de Soto desceu o rio até a foz do Rio Vermelho. O próximo contato europeu foi somente em 1682, quando René-Robert Cavelier, Sieur de La Salle desceu o Rio Mississipi de barco até o Golfo do México, reivindicando toda a bacia hidrográfica para a França. Ele a nomeou Luisiana, em homenagem ao Rei Luís XIV. Uma segunda tentativa de La Salle de achar o Mississipi de novo através do Golfo fracassou, e ele foi assassinado pela própria tripulação.

Depois da reivindicação francesa da Luisiana, a próxima expedição bem sucedida foi 16 anos depois, em 1698, na qual dois irmãos canadenses, Pierre le Moyne, Sieur d’Iberville, e Jean-Baptiste, Sieur de Bienville conseguiram localizar a foz do Rio Mississipi e subiram até o Rio Vermelho. Foi lá que eles fundaram Fort Maurepas (perto da atual Biloxi, Mississipi) e assim começou a colonização da Luisiana. Outros assentamentos foram fundados nos anos a seguir: Natchitoches em 1714; Natchez em 1716; e, notavelmente, Nova Orleans em 1718, que se tornou “o centro da presença francesa colonial na Luisiana” (Klinger, 2003:5, tradução minha).

De acordo com Klinger (2003), durante os primeiros anos da colonização, a população europeia se constituía principalmente de militares, *engagés*, trabalhadores comuns e imigrantes forçados, ou seja, mendigos, criminosos e prostitutas da França. A maioria desses imigrantes era

---

<sup>3</sup> HILAIRE, J. , *Soubassements africains*, 1993. In: LEFEBVRE, C. *Creole genesis and the acquisition of grammar: the case of Haitian Creole*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

<sup>4</sup> Para uma história da revolução haitiana, recomenda-se *Os jacobinos negros* de C.L.R. James (2000), tradução de Afonso Teixeira Filho.

de lugares urbanos e faltava neles o conhecimento e a vontade de produzir os produtos agrícolas necessários para sustentar uma colônia. Por isso, os franceses dependiam fortemente da população indígena para garantir a sobrevivência, o que os levou a se instalarem perto das moradias dos nativos e, por vezes, até conseguiam convencê-los a se mudarem para uma localização mais próxima aos assentamentos franceses. Além de alimentar os colonos, os nativos os protegiam de nações indígenas inimigas e dos britânicos, o que permitiu que os colonos se preocupassem com o que realmente lhes interessava: a fortificação militar, o comércio e cultivos lucrativos. Com isso, os colonos e os nativos conviviam numa relação simbiótica muito diferente da que se criou no Haiti, apesar da escravização de um pequeno número de nativos durante o período de domínio francês<sup>5</sup>.

A importação de escravos africanos começou em grande escala somente em 1719. Sendo rápida e intensa, durou apenas 12 anos, até 1731. Durante esse período, 5.310 escravos africanos foram importados para a colônia: 1.297 de Ouidah no Golfo do Benin; 3.719 por meio da Companhia das Índias, sendo esses provenientes de uma área imensa do noroeste da África, da ilha de Arguim até a Serra Leoa; e 294 de Cabinda. A partir de 1731, aconteceu um intervalo de 12 anos durante o qual não houve importação de escravos. Em 1743, mais 190 escravos chegaram pela Companhia das Índias. Essa seria a última importação de escravos até os espanhóis tomarem controle da colônia em 1769 (Klinger, 2003:6).

Portanto, mais de dois terços dos escravos provinham da Senegâmbia, uma região no oeste da África atualmente composta de dois países, o Senegal e Gâmbia, com forte ligação histórica, cultural e territorial, sendo o segundo quase inteiramente cercado pelo primeiro, onde atualmente o wolof, o serer, o fula e o maninka são falados. O bambara, o maior grupo étnico da Senegâmbia, era um povo mandê que provinha do interior entre o Rio Níger e a fonte do Rio Senegal. Esse grupo falava dialetos mutuamente inteligíveis com o maninka. Sua cultura e língua compartilhadas os levaram a formar uma identidade afro-crioula escrava que facilitaria a conspiração para insurreição. Com menos peso numérico e unidade, a maioria dos escravos do Golfo do Benin falava línguas kwa, tais como ewe e iorubá (Marshall, 1997).

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que também havia uma população europeia de imigrantes alemães e suíços que eram conhecidos por serem organizados, disciplinados, trabalhadores e produtivos na produção de alimentos, inclusive verduras, carne e peixe. Existe um trecho do Mississipi chamado *la Côte des Allemands* (“a Costa dos alemães”) em homenagem a esses imigrantes.

Evidentemente, a demografia da Luisiana foi fortemente influenciada pela importação de escravos. Segundo Marshall (1997), em 1732, a população escrava era o dobro da de colonos, sendo a grande parte desses escravos concentrada em várias propriedades relativamente pequenas.

De acordo com Klinger (2003), essa superioridade numérica dos escravos, junto com condições severas de vida que eles sofriam, levou à revolta. Em 1729, com a ajuda da maioria dos escravos, os nativos Natchez se revoltaram com sucesso. Dois anos depois, uma conspiração dos bambara, um grupo étnico do oeste da África que se manteve na Luisiana, visando a massacrar todos os brancos da paróquia Pointe Coupee até La Balize, e escravizar os outros negros, foi descoberta e falhou, embora tenha aumentado a inquietação dos colonos.

Porém, na segunda metade do século XVIII, o número de escravos e o de livres era aproximadamente igual, devido à imigração de brancos de outras regiões dos Estados Unidos e de acadianos, francófonos da Acádia, uma colônia da Nova França no nordeste da América do Norte. Esses acadianos foram expulsos da Acádia depois da Guerra Franco-Indígena (1754-1763), conflito entre os britânicos e os franceses em disputa das colônias da América do Norte.

Em 1762, um ano antes do Tratado de Paris terminar oficialmente a Guerra Franco-Indígena, a França transferiu a Luisiana para seu aliado, a Espanha, pelo Tratado de Fontainebleau, e a colônia ficou sob domínio espanhol. O governo espanhol também se preocupava com revolta escrava, proibindo a entrada de escravos das Antilhas, onde a rebelião estava fervendo, até 1782 quando as restrições foram retiradas. Até esse momento, poucos escravos entraram na colônia ilegalmente. Porém, entre 1777 a 1788, a população escrava dobrou (por falta de documentação espanhola, é difícil localizar a origem desses escravos). Depois de vinte anos de domínio espanhol, a população triplicou e o comércio estava aumentando. Em 1803, a população atingiu 50.000, e a colônia estava desenvolvendo uma verdadeira economia *plantation* de algodão e açúcar (Klinger, 2003).

Apesar desse desenvolvimento, a presença espanhola não marcou fortemente a região cultural ou linguisticamente. Klinger atribui isso à falta da imigração de falantes do espanhol para a colônia, citando somente os isleños, aproximadamente 2.500 habitantes das ilhas Canárias que imigraram para a Luisiana principalmente entre 1778 e 1780 e logo se assimilaram.

Nessa época – o início do século XIX – aconteceram dois cruzamentos históricos bastante relevantes para este estudo que ligam o Haiti com a Luisiana. Primeiro, a massiva

quantidade de dinheiro gasto em vão pelos franceses para conter a Revolução Haitiana levou Napoleão a vender a Luisiana – um território imenso que contém o atual estado da Luisiana – para os Estados Unidos em 1803, mudando definitivamente sua trajetória sociolinguística futura. Segundo, a imigração de milhares de refugiados de Saint-Domingue para a Luisiana durante a revolução, em três grupos: 300 antes de 1802, 1.000 em 1803 e 9.000 em 1809. Esses refugiados foram distribuídos nas três castas: 2.371 brancos, 3.102 *gens de couleur* e 3.266 escravos.

Independentemente dessa imigração haitiana, como no caso do CH, segundo a análise extensiva de Klinger de textos históricos do século XVIII, o CL já existia antes da chegada dos imigrantes de Saint-Domingue. Portanto, existiam o CH e o CL como línguas autônomas no começo do século XIX, cujas estruturas serão analisadas no capítulo a seguir.

### 3 Análise estrutural

Apresenta-se aqui uma breve análise da estrutura do CH e do CL<sup>6</sup>, a fim de mostrar suas semelhanças e preparar o terreno para uma explicação sociohistórica da vitalidade destes.

A variação, aspecto inerente da linguagem, sempre é um desafio para o linguista. Neste sentido, a complexidade da situação sociolinguística, particularmente na Luisiana, apresenta dificuldades para esta análise. No sul da Luisiana, existe o chamado triângulo francófono, uma região na qual atualmente se falam três variedades relacionadas ao francês: o francês padrão (FP), que foi reintroduzido pelo sistema educacional; o francês cajun (FC), que, segundo a definição adotada por Blyth (1997), é uma variedade local de francês que é mutuamente compreensível com o FP; e o CL. De acordo com a teoria clássica (ver Bickerton, 1973), quando o crioulo convive com seu lexificador, acontece a descrioulização, isto é, o crioulo se aproxima estrutural e lexicalmente da língua de mais prestígio social. Nesse modelo, o contínuo se estende entre dois extremos: o acroleto, a variedade de mais prestígio social, e o basileto, a variedade de menos prestígio social. Entre esses dois existem vários mesoletos com mais ou menos prestígio.

No caso da Luisiana, esses termos têm uma utilidade limitada devido à variação geográfica, a mudanças estruturais no FC e no CL relacionadas à conversão linguística ou à morte da língua (ver o capítulo VI) e ao fato de que “mesmo hoje, os francófonos na Luisiana são capazes de passar entre os vários códigos franceses” (Marshall, 1997:340). Suponhamos que as três variedades citadas acima formam um contínuo no qual o FP corresponde ao acroleto, o CL ao basileto e o FC ao mesoleto entre os dois pólos. Na realidade, existem muito mais do que três variedades; Klinger (2003) afirma que a distinção entre o FC e o CL muitas vezes fica obscura, sendo as etiquetas linguísticas na Luisiana “fluidas e imprecisas” (xxvii, tradução minha). Frequentemente, etiquetas linguísticas e étnicas se confundem; na Luisiana, um falante do CL pode se identificar como falante do FC, pois etnicamente se identifica como cajun, e falantes negros ou mestiços do que, estruturalmente, seria FC chamam sua língua de CL porque é assim que se identificam etnicamente. Valdman (1997) aponta uma experiência pessoal na qual observou uma falante que se descrevia como falante do CL, mas que, para ele, estava falando FC, mudar do FC para o CL ao atender um telefonema. Sem presenciar esta situação, o

---

<sup>6</sup> Para um tratamento mais detalhado e completo, ver Valdman, 1978; Lefebvre, 1998; DeGraff, 2007 (CH) e Valdman e Klinger, 1997 e Klinger, 2003 (CL).

pesquisador teria continuado acreditando que ela era falante do FC por causa da complexidade da situação sociolinguística.

No Haiti, existem estudos sobre a variação geográfica e social. Os topoletos são divididos entre a região sul, norte e central, sendo essa última associada à área perto da capital. Na sociedade haitiana, há termos específicos bem conhecidos para socioletos, como *kreyòl swa* (o dialeto falado pela minoria bilíngue) e *kreyòl rek* (falado pelas massas monolíngues), entre outros. A mudança de código (*code-switching*) ocorre tanto no Haiti (CH-francês) quanto na Luisiana (CL-ínglês), embora seja muito mais comum na Luisiana, com a prática de quase a totalidade dos falantes; enquanto somente uma pequena minoria bilíngue pratica no Haiti. Além disso, as variantes diastráticas e diafásicas têm uma relação complexa com as diatópicas no Haiti (Valdman, 2010).

Neste sentido, serão apresentadas as variedades mais distantes do francês, o basileto, como em Valdman e Klingler (1997). Qualquer forma mesoletal será indicada como tal.

### 3.1 Ortografia

A questão da ortografia dos crioulos é complicada por vários motivos que são apontados por Valdman (1978). Como carecem de prestígio social, os crioulos geralmente não são considerados línguas que servem para administração ou para instrução e, conseqüentemente, seus falantes nem sempre veem o interesse de ler ou escrever nessa língua. Além disso, no caso dos crioulos franceses, aproximadamente 90% do léxico vem do francês. Dada essa grande semelhança no plano lexical com o francês, língua com tradição de escrita e de literatura, o uso de uma ortografia etimológica – uma baseada na ortografia francesa – para essas línguas se torna tentador.

Nesse sentido, historicamente, a ortografia francesa era usada para escrever o CH e o CL. No caso do CH, segundo Valdman (2005), em meados do século XX, duas ortografias alternativas principais foram propostas: a McConnell-Laubach de 1943 e a Faublas-Pressoir de 1945. Por volta de 1975, com vistas à reforma educativa na qual o CH seria usado nas escolas, surgiu uma polêmica acerca da ortografia que levou a uma grande variedade de ortografias

propostas, com certos escritores e intelectuais seguindo certas normas. O CH adquiriu uma ortografia semi-oficial em 1980, por grande parte dando fim à polêmica<sup>7</sup>.

A ortografia semi-oficial do CH poderia ser usada para escrever a língua neste trabalho. Porém, o CL não goza de ortografia oficial. Por isso, uma transcrição fonêmica será privilegiada nesta análise do CH e do CL.

### 3.2 Léxico

Como já foi observado, a esmagadora maioria do léxico desses crioulos vem do francês:

	CH	CL	FP
pássaro	<i>zozo</i> <i>zwazo</i> <i>zwezo</i>	<i>zozo</i> <i>zwazo</i>	<i>wazo</i> ‘oiseau’
olho	<i>je</i> <i>zje</i>	<i>ze</i> <i>zje</i>	<i>œj</i> ‘œil’
casa	<i>kaz</i> <i>kaj</i> <i>lakay</i>	<i>mezõ</i>	<i>mezõ</i> ‘maison’
pessoa	<i>mũn</i>	<i>mũn</i>	<i>peksøn</i> ‘personne’
água	<i>dlo</i> <i>dlio</i> <i>dio</i> <i>gio</i> <i>glo</i> <i>dzo</i>	<i>dolo</i>	<i>o</i> ‘eau’
bonito/a	<i>bɛl</i> <i>bo</i>	<i>bɛl</i>	<i>bo</i> ‘beau’, <i>bɛl</i> ‘belle’
dar	<i>baj ~ ba ~ bã</i>	<i>dɔne</i>	<i>dɔne</i> ‘donner’
saber	<i>kɔnẽ</i>	<i>kɔẽ</i>	<i>savwaʁ</i> ‘savoir’

<sup>7</sup> Para uma discussão mais completa, veja a seção 5.1.2.

	<i>kõn</i>		
--	------------	--	--

**Tabela 1.** Itens lexicais em português, CH, CL e francês (adaptada de Valdman, 1978).

A forte influência do francês (ou de suas variedades regionais) no léxico de base dos dois crioulos é evidente. Observamos aqui a tendência de aglutinar o artigo da palavra francesa ao item lexical nos crioulos onde se faz a *liason*, um tipo de sândi externo, em francês (ex. *pássaro*: les oiseaux [lez\_wazo] → zozo, zwazo). Reteve-se o artigo partitivo também no caso de *água* (de l'eau [dølo] → dlo/dolo).

Há outros casos cuja etimologia é menos clara, como *olho*. *A priori* não existe nenhuma relação com o francês, mas esta fica clara ao observar o plural: *yeux lʝø/*. No caso de *pessoa*, Valdman propõe que venha certamente de *monde* de uma variedade dialetal de francês e que *baj* ~ *ba* ~ *bã* em CH vem de *bailler* de uma variedade do francês do oeste do país. O item lexical *kõnẽ* vem do verbo *connaître* ('conhecer'), que na sua acepção antiga do francês do século XVI, também significava *savoir* ('saber'). Com esses exemplos, percebemos a importância de considerar o francês dialetal da época e não necessariamente o FP moderno.

Palavras africanas foram incorporadas até um ponto limitado. No CH, percebe-se a influência africana particularmente no domínio religioso, como *ũgã* 'sacerdote vodu' e *zõbi* 'zumbi'.

Vale ressaltar a maior semelhança lexical com o francês do CL. De fato, Valdman (1978) e Klinger (2003) constatam que o CL é o crioulo francês mais semelhante com o lexificador, uma posição que será consolidada com mais argumentos adiante.

### 3.3 Fonologia

No plano fonológico, o inventário consonantal dos dois crioulos é bastante semelhante. Esse inventário consonantal é similar ao do francês, embora existam diferenças fonológicas e morfofonológicas significativas – como, por exemplo, na fonotática e no sândi externo – entre o francês e esses crioulos. Eis o inventário consonantal:

Classe	labial	dental	palatal	velar	glotal
--------	--------	--------	---------	-------	--------

oclusiva desvozeada	<i>p</i>	<i>t</i>		<i>k</i>
vozeada	<i>b</i>	<i>d</i>		<i>g</i>
africada desvozeada			<i>tʃ</i>	
vozeada			<i>dʒ</i>	
fricativa desvozeada	<i>f</i>	<i>s</i>	<i>ʃ</i>	
vozeada	<i>v</i>	<i>z</i>	<i>ʒ</i>	
nasal	<i>m</i>	<i>n</i>	<i>ɲ</i>	<i>ŋ</i>
aproximante			<i>r</i>	<i>h</i>
lateral		<i>l</i>		
semivogal	<i>w</i>	<i>ɥ</i>	<i>j</i>	

**Tabela 2.** Inventário consonantal do CH e do CL (adaptada de Valdman, 1978 e de Valdman e Klinger, 1997).

Os inventários vocálicos dos dois crioulos também são parecidos:

Posição	Oral		Nasal	
	Anterior	Posterior	Anterior	Posterior
Alta	<i>i (y)</i>	<i>u</i>	<i>ĩ</i>	<i>ũ</i>
Média-alta	<i>e (ø)</i>	<i>o</i>		
Média-baixa	<i>ɛ (œ)</i>	<i>ɔ</i>	<i>ẽ</i>	<i>õ</i>
Baixa	<i>a (ɑ)</i>		<i>ã</i>	

**Tabela 3.** Inventário vocálico do CH e do CL (adaptada de Valdman, 1978 e de Valdman e Klinger, 1997).

As vogais entre parênteses podem ser encontradas em mesoletos mais próximos ao acroleto, pois a maioria são as vogais anteriores arredondadas do francês.

### 3.4 Gramática

Serão apresentados, nesta seção, aspectos salientes da gramática do CH e do CL. Os dois crioulos apresentam certas características comuns aos crioulos franceses: o artigo definido posposto *la*; um sistema verbal de palavras funcionais pré-verbais para marcar tempo, aspecto e modo; e, sobretudo, são analíticos, isto é, mostram relações gramaticais sintaticamente, tendo pouca morfologia flexional<sup>8</sup>.

#### 3.4.1 Artigo Indefinido

Em ambas as línguas, o artigo indefinido é pré-posto e não marca gênero. As formas são: *jɔ̃* (CH) e *ẽ* (CL).

*jɔ̃*    *bɛl*    *tifi* (CH)  
uma   bonita   menina  
'uma menina bonita'

Valdman e Klinger (1997)

*ẽ*    *tas*    *kafê* (CL)  
um   copo   café  
'um copo de café'

Valdman (1978)

#### 3.4.2 Artigo Definido

A forma base do artigo definido de ambos os crioulos é *la* e é posposto (Valdman e Klinger, 1997):

*Sfẽ*            *la*            *trape*   *lɔde*   *lapẽ*   *la*            (CL)  
*cachorro*    ART.DEF    pegar   cheiro   coelho   ART.DEF  
'O cachorro sentiu o cheiro do coelho.'

Em ambos os crioulos, existe variação na forma do determinante definido condicionada pelo fone precedente (CL):

---

<sup>8</sup> Embora os crioulos franceses sejam bastantes analíticos, isto é, têm pouca ou nenhuma flexão, não são isentos de morfologia como é frequentemente constatado. Em *Morphology in Creole Genesis: Linguistics and ideology* (2001), DeGraff mostra vários morfemas derivacionais produtivos do CH.

<i>chat la</i>	o gato	Valdman e Klinger (1997)
<i>dolo a</i>	a água	
<i>vje mũn nã</i>	os velhos	
<i>lakrem lã/nã</i>	o creme	

No CL, em variedades mesoletais, o artigo precede o substantivo e marca gênero.

### 3.4.3 Pronomes pessoais

Em CH, existem 5 pronomes pessoais:

Singular	Pronome
1ª pessoa	<i>mwẽ/m</i>
2ª pessoa	<i>u/wu/w</i>
3ª pessoa	<i>li/l</i>
Plural	
1ª pessoa	<i>nu/n</i>
2ª pessoa	
3ª pessoa	

**Tabela 4.** Os pronomes pessoais do CH (Lefebvre, 1998).

Vejamos alguns exemplos em CH (Lefebvre, 1998):

*zã prãn krab baj li*  
 João pegar caranguejo dar ele  
 ‘João deu caranguejo para ele’

*kaj zã jo*  
 casa João PLURAL  
 ‘As casas do João’

Observa-se que não há marcação de caso em CH. Para mostrar posse, basta a relação sintática de pós-posição (sem preposição ou declinação no substantivo). Vale apontar aqui que *jo*

é o pronome pessoal da 3ª pessoa do plural e, também, é o morfema marcador de plural; uma característica compartilhada com o CL no qual o marcador é *je*.

Em CL, o sistema de pronomes pessoais é mais complexo, distinguindo entre três formas diferentes para sujeito, possessivo e objeto. Como em CH, não há marcação de gênero.

Número e pessoa	Sujeito	Possessivo	Objeto
Singular			
1ª pessoa	<i>mo/mǝm</i>	<i>mo</i>	<i>mwa/mǝmwẽ</i>
2ª pessoa			
Informal	<i>to/t</i>	<i>to</i>	<i>twa</i>
Formal	<i>vu/ou/v</i>	<i>vu/vo</i>	<i>vu</i>
3ª pessoa	<i>li/i/l</i>	<i>so</i>	<i>li</i>
Plural			
1ª pessoa	<i>nu/no/nuzot</i>	<i>nu</i>	<i>nu/nuzot/no</i>
2ª pessoa			
Informal	<i>zot/zo/uzot/vuzot</i>	<i>zo</i>	<i>zot/uzot</i>
Formal	<i>vu/vuzot</i>	<i>vu</i>	<i>vu/vuzot</i>
3ª pessoa	<i>je/j</i>	<i>je</i>	<i>je</i>

**Tabela 5.** Os pronomes pessoais do CL (adaptada de Valdman e Klinger, 1997)

Como se pode observar, há certa variação e uma continuidade nas formas do CL acima. Vejamos alguns exemplos em CL, contendo o primeiro um empréstimo do inglês (*back* /bæk/):

*I*            *a*    *vini*   *bek*  
 3SG.NOM   FUT   vir   de volta  
 ‘Ele/ela voltará’

Valdman e Klinger (1997)

*mo*            *pitit*   *je*  
 1SG.NOM   filho   PLURAL  
 ‘meus filhos’

*nu*            *gete*   *twa*  
 1PL.NOM   olhar   2SG.ACC.INFORMAL



Completivo	<i>fĩ</i>	—
Futuro definido	<i>ap, pral</i>	<i>ale</i>
Futuro indefinido	<i>ava</i>	<i>va, sa</i>
Condicional	<i>ava</i>	<i>se</i>
Perfeito do passado	<i>te</i>	<i>bĩ</i>
Subjuntivo	<i>pu</i>	—

**Tabela 6.** Marcadores de TAM (tempo, aspecto e modo) em CH e CL (adaptada de Valdman e Klinger, 1997; Lefebvre, 1998; e Klinger, 2003).

Outros aspectos interessantes desses dois crioulos são a apresentação de zero cópula, a falta de marcação explícita ligando o sujeito e o predicado, e de verbos seriais, uma sequência de verbos sem subordinação. Eis alguns exemplos do primeiro:

*Mo swaf* (CL) Lefebvre (1998)  
 1SG.NOM sede  
 ‘Eu estou com sede’

*Bagaj la bõ* (CH) Valdman (1978)  
 coisa essa bom  
 ‘Essa coisa é boa’

Quanto aos verbos seriais, as duas línguas os usam, mas são mais produtivos no CH. Vejamos um exemplo do CH:

*Li prã krab ale nã mafe* Lefebvre (1998)  
 3SG pegar caranguejo ir em mercado  
 ‘Ele trouxe o caranguejo para o mercado’

Em CL, as únicas combinações produtivas usam os verbos *kuri* ‘ir’ e *vini* ‘vir’ como verbos secundários. A alta frequência desses verbos resultou na expressão *kuri vini*, que é uma maneira pejorativa de indicar o CL (Valdman e Klinger, 1997).

*Mo pa wa lœr li vini rive*  
 1SG.NOM NEG ver hora 3SG vir chegar  
 ‘Não vi que horas ela chegou’

### 3.4.6 Estrutura da frase

Para entender melhor como as frases se estruturam nessas línguas, discutimos as frases negativas, imperativas e interrogativas.

#### 3.4.6.1 Negação

Em ambas as línguas, a negação se dá pela partícula *pa*, proveniente de ‘pas’ em francês, no qual ela é pós-verbal. Nos crioulos franceses, a negação é geralmente pré-verbal, mas isso pode variar em CL dependendo da forma do verbo, do marcador de TAM e da semântica da frase (Valdman e Klinger, 1997):

<i>Mo</i>	<i>mãz</i>	<i>pa</i>	<i>diri</i>
1SG.NOM	comer	NEG	arroz
‘Eu não como arroz’			

<i>No</i>	<i>p</i>	<i>ole</i>	<i>li</i>
1PL.NOM	NEG	querer	3SG
‘Nós não queremos’			

Em CH, *pa* geralmente ocorre antes do sintagma verbal, mas, como em CL, segue *se* ‘ser/estar’ (Lefebvre, 1998):

<i>Mari</i>	<i>pa</i>	<i>pu</i>	<i>prepare</i>	<i>pat</i>
Maria	NEG	SUB	preparar	massa
‘Maria não tem que preparar massa’				

<i>Li</i>	<i>se</i>	<i>pa</i>	<i>te</i>	<i>mwê</i>
3SG	ser/estar	NEG	ANT	1SG
‘Ele/ela não era/estava (como) eu’				

#### 3.4.6.2 Imperativo

O imperativo se dá pelo simples apagamento do sujeito. A forma do verbo permanece igual, sem flexão nenhuma.

*Kute!* (CL)

Escuta/escutem!

Valdman e Klinger (1997)

*ſita isit* (CH)

Senta/sentem aqui.

Valdman (1978)

### 3.4.6.3 Interrogação

A interrogação global – perguntas cuja resposta é sim ou não – se faz pelo marcador de interrogação *eske*, proveniente de ‘est-ce que’ em francês:

*Eske to mōde to tāt?* (CL) Valdman e Klinger (1997)  
INTER 2SG.NOM.INFORM perguntar 2SG.GEN tia  
‘Você perguntou a sua tia?’

*Eske l ap ſafe kostim jo?* (CH) Valdman (1978)  
INTER 3SG PROG procurar terno 3PL  
‘Ele/ela está procurando os ternos deles?’

Pode-se também fazer essa mesma pergunta sem o marcador de interrogação:

*L ap ſafe kostim jo?* (CH) Valdman (1978)  
3SG PROG procurar terno 3PL  
‘Ele/ela está procurando os ternos deles?’

A interrogação parcial se apoia num elemento interrogativo, que seja advérbio ou objeto. Esse elemento sempre tem posição inicial na oração.

*Ki kote ou prale?* (CH) Valdman (1978)  
onde 2SG ir  
‘Onde você vai?’

*Ki zã ou rele?* (CH)  
como 2SG chamar  
‘Como você se chama?’

*Sa ki pa kōnē mō?* (CL) Klinger (2003)  
quem NEG conhecer 1SG.ACC  
‘Quem não me conhece?’

*Sa to wa?* (CL)  
o que 2SG.NOM ver

‘O que você viu?’

### **3.5 Considerações finais do capítulo**

Para encerrar nossa breve análise estrutural do CH e do CL, ressaltamos que há muitas semelhanças estruturais que aproximam essas línguas e que, em grande parte, aproximam todos os crioulos franceses. Podemos observar que os dois são altamente analíticos, a esmagadora maioria do léxico dos dois vem do francês, e os inventários fonológicos são semelhantes. Além disso, temos o artigo indefinido pré-posto e o artigo definido pós-posto *la*, certa aproximação nos pronomes pessoais, o pronome pessoal da terceira pessoa do plural que também indica o plural (*je/je*), os marcadores pré-verbais para indicar TAM, negação indicada por *pa* e marcadores de interrogação semelhantes.

Devido a essas semelhanças, Klinger (2003) anota a facilidade com que seu informante, falante do CL, aprendeu o CH, e também relata que outro informante conseguiu se comunicar com um falante do CH em Nova York sem estudar a língua.

## 4 Perfil sociolinguístico

Como vimos anteriormente, o CH e o CL são ligados por uma formação sociohistórica semelhante durante o período colonial. Porém, os acontecimentos históricos do início do século XIX até o presente são bastante diferentes, sendo esses responsáveis pela formação de diferentes dinâmicas no uso (ou não-uso) dessas duas línguas nos seus respectivos lugares e, inclusive, pela caracterização de dois perfis sociolinguísticos distintos. Como afirma Louis-Jean Calvet, “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes” (2002:12).

Antes de discutir cada situação individualmente, podemos ressaltar algumas características comuns entre elas. Como línguas crioulas, o CH e o CL passaram por uma formação sociohistórica específica na qual escravos africanos foram os criadores da língua. Mesmo depois da libertação dos escravos, esse grupo permanece uma classe fortemente estigmatizada considerada socialmente inferior. Sua língua também permaneceu estigmatizada até o ponto de seus falantes bilíngues negarem que falam o CH ou o CL dependendo do caso, um fenômeno atestado por Ferguson (1959), Valdman (1978) e Klinger (2003).

Nesse sentido, podemos observar algumas citações de textos que descrevem os crioulos franceses do Caribe como uma versão corrompida do francês. Jean Raspail, autor e viajante francês, revela ignorância e preconceito tão frequentes ao descrever o crioulo em 1970<sup>9</sup> (Valdman, 1978:330, tradução minha):

A língua crioula não sairá nunca da infância, que marca ao mesmo tempo seu charme e seus limites. A simplificação das suas palavras, sua falsa gramática, colocando em destaque seu infantilismo. A simplificação, seus atalhos, a ausência de gênero e de número, o apagamento das preposições e das conjugações são próprios ao crioulo... e são próprios à criança que começa a falar. Alguém que diz “fini parlé” por “j’avais parlé”, “tigoute” por “un peu”, “piti piti” por “très petit”, “un zouézo” e “un zaimo” por “un oiseau” e “un animal”, “gadé” por “regarder”, “bitasion” por “habitation”, etc., crioulo ou não crioulo, isso é bom para o pediatra.

---

<sup>9</sup> O uso atual do termo “crioulo” é complicado porque seu significado pode variar bastante. Entre os linguistas, significa uma língua, ou com certa formação sociohistórica (como é usado neste trabalho) ou com certa gênese e/ou estrutura (ver capítulo I). Porém, é usado também para indicar a língua de crioulofonos pelos próprios falantes (por exemplo, *kreyòl* em CH). Além disso, por semelhanças estruturais, o termo pode indicar qualquer crioulo francês, como no trabalho de Valdman (1978), *Le créole: structure, statut e origine*. Essa abordagem é problemática, pois generaliza sobre línguas que, embora sejam estruturalmente parecidas, não são iguais ou necessariamente mutuamente compreensíveis. Por essas questões, neste trabalho, sempre quando for possível, usam-se os termos específicos CH e CL.

Bernard Dorin, embaixador da França no Haiti, no seu texto *La fausse querelle du créole et du français* (1973), valoriza um pouco mais o CH, aceitando com relutância que é, de fato, uma língua autônoma (Valdman, 1978:330, tradução minha):

O crioulo me parece marcado de uma dignidade eminente como língua do povo... Podemos considerar que o crioulo, no qual nove décimos das palavras são franceses, é uma língua, certamente autônoma, mas fortemente aparentada ao francês, apesar de suas deformações sônicas e sintáticas consideráveis.

De uma perspectiva metalinguística, vemos o preconceito inerente em termos usados para indicar uma língua crioula, tais como: *dialeto* ou *dialeto popular* (usado não no sentido sociolinguístico que é livre de preconceito, mas no sentido pejorativo), *patoá*, *jargão*, *baragouin* (fr.) ‘linguagem sem nexos’, *petit-nègre* (fr.) ‘francês mal-falado’ e *langue enfantine* (fr.) ‘fala de bebê’, entre outros (Valdman, 1978). Para identificar especificamente o CL, existem termos pejorativos, como: *français nèg*, *nèg*, *kouri vini* (uma estrutura sintática típica na língua) e *gombo* (palavra crioula de origem africana) (Valdman, 1997). Observamos, assim, o aspecto infantil e racial desses termos pejorativos.

Por sua vez, essa percepção é perpetuada e reforçada por linguístas que, consciente ou inconscientemente, mantêm esse preconceito, descrevendo, muitas vezes, as línguas crioulas como ‘reduzidas’ ou ‘simplificadas’ (ver DeGraff, 2005).

Para entender essa hierarquia de prestígio social, examinaremos as situações sociolinguísticas pós-coloniais/pós-crioulização do Haiti e da Luisiana de uma perspectiva histórica da estrutura de classe.

## 4.1 Haiti

O Haiti goza de uma posição única entre todas as regiões crioulófonas. Todos os haitianos – 9 milhões em 2009 segundo Spears (2010) – falam CH, a língua nacional do Haiti e, desde 1987, a língua co-oficial junto com o francês. Por causa da diáspora haitiana, existem cerca de um milhão de haitianos morando nos EUA, e populações consideráveis na República Dominicana, outras ilhas do Caribe, na Guiana Francesa, na África francófona e no Canadá

francófono, com aproximadamente 10 milhões de falantes ao total, tornando-o o crioulo mais falado do mundo.

Como no caso de muitos crioulos franceses, o CH continuou convivendo, de alguma forma, com o francês desde sua formação. Mesmo depois da declaração de independência e da renomeação da nova nação como Haiti em 1804, efetivamente rompendo vínculo com a França, mantiveram-se muitos costumes e instituições franceses, inclusive o *status* elevado da língua dos antigos senhores franceses que, para a esmagadora maioria da população, sempre foi uma língua estrangeira, tanto na colônia quanto no Haiti independente. Assim, para entender questões acerca da sociolinguística no Haiti, é preciso falar tanto do francês quanto do CH.

#### 4.1.1 Diglossia

Em 1959, Charles Ferguson publicou um artigo na revista *Word* discutindo um conceito que chamou de diglossia. Esse artigo trata de quatro línguas: o árabe, o grego moderno, o alemão suíço e o crioulo haitiano. Ele descreve uma situação sociolinguística na qual existem duas variedades linguísticas, uma de prestígio alto (indicado por ‘H’ de *high* em inglês) e a outra de prestígio baixo (indicado por ‘L’ de *low* em inglês), reconhecidas como tais em toda a comunidade linguística. Na formulação de Ferguson, no Haiti, a variedade ‘H’ seria o francês e a variedade ‘L’ seria o CH. De acordo com sua teoria, cada variedade teria contextos sociais nos quais seu uso seria apropriado ou não. Veja a tabela abaixo:

	H	L
Sermão na igreja ou na mesquita	x	
Instruções para empregados, garçons, trabalhadores, funcionários		x
Cartas pessoais	x	
Discurso no parlamento, discurso político	x	
Palestra na universidade	x	
Conversa com amigos, família e colegas		x
Noticiário	x	
“Novela” na rádio		x
Coluna/notícia no jornal, legenda de fotografia	x	
Legenda de charge		x
Poesia	x	
Literatura popular		x

**Tabela 7.** Contextos sociais e as variedades usadas num contexto diglósico (Ferguson, 1959)

Segundo Ferguson (1959), além dessas “funções sociais” distintas, as duas variedades se diferenciam por outras propriedades. Ele propõe uma série de oposições entre a variedade H e a variedade L, que podem ter um caráter social ou estrutural:

- **Prestígio.** H goza de mais prestígio social do que L;
- **Patrimônio literário.** H tem uma literatura e uma tradição de escrever, mas L não a tem;
- **Aquisição.** L é aprendida em casa, H na escola;
- **Padronização.** H tem uma gramática, normas, dicionários, etc. e L não a tem ou quase não tem;
- **Estabilidade.** A diglossia é estável, podendo permanecer por séculos;
- **Gramática.** H tem classes gramaticais que não existem em L e um sistema nominal flexional que é ou muito reduzido ou ausente em L;
- **Léxico.** Existem termos em H inexistentes em L, como termos técnicos;
- **Fonologia.** O sistema fonológico de L é o “básico”, sendo o sistema de H um subsistema ou um parassistema.

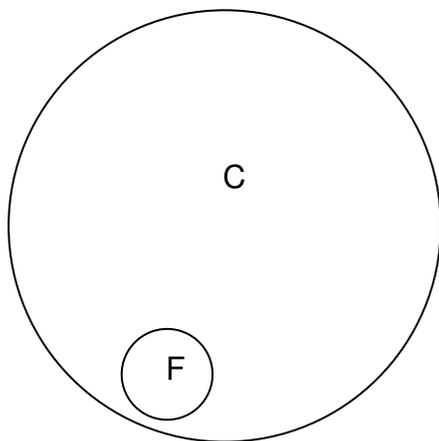
Esse conceito foi desenvolvido posteriormente por Fishman (1967), que discutiu a relação entre o bilinguismo (aspecto psicológico da comunidade multilíngue) e a diglossia (aspecto sociológico), ampliando a diglossia para incluir variedades sem relação genética, ou até registros/dialetos/variedades que não são considerados línguas distintas, mas mantendo a ideia da restrição e da separação de domínios de uso.

No contexto haitiano, a aplicação do conceito de diglossia já foi questionada, notadamente por Yves Dejean (1983, 1993), linguista haitiano, que critica fortemente a caracterização do Haiti como país diglótico e, por sua vez, constrói uma visão da situação sociolinguística que vai diretamente de encontro ao artigo de Ferguson. Uma discussão detalhada das suas críticas pode ser bastante relevante e esclarecedora para este estudo.

Dejean constata que, diferente dos outros contextos diglóticos nos quais as variedades H e L são ligadas à identidade nacional, o francês é, sobretudo, uma língua estrangeira no Haiti,

tanto para o haitiano analfabeto, que vê o francês como a língua dos brancos, quanto para o haitiano com instrução, que vê o francês como a língua de outro país, a França, ou de outros países dependendo do seu conhecimento geográfico. De acordo com Dejean (1983), “nos dois casos, são conscientes do fato de que falar francês é característico do não-pertencimento à identidade étnica ou nacional haitiana” (p. 190, tradução minha). Nesse não-pertencimento da variedade H, o Haiti se distingue dos outros contextos diglóticos.

Além disso, as realidades demolinguísticas impossibilitam a aplicação da diglossia no Haiti. Ferguson (1959) define a diglossia como uma situação na qual “duas variedades de uma língua existem lado a lado em toda a comunidade” (p. 325, tradução minha). Seguindo a definição de Greenberg (1977:85 apud Dejean, 1983:191, tradução minha) de uma comunidade linguística como “um grupo de pessoas que habitualmente interagem linguisticamente”<sup>10</sup>, Dejean propõe que existam duas comunidades linguísticas no sentido de que uma está contida na outra. Indicando a comunidade linguística de falantes do francês como ‘F’ e a comunidade linguística de falantes do crioulo haitiano como ‘C’, F estaria dentro de C porque todos os falantes pertencem à comunidade linguística C (todos os haitianos falam crioulo haitiano). Porém, o grupo de falantes que forma F é muito restrito (somente 5% dos haitianos são bilíngues francês-crioulo segundo Dejean 1993). Os falantes da F são bilíngues mas os falantes da C são monolíngues. Vejamos o gráfico abaixo para visualizar melhor essa relação:



**Figura 4.** As comunidades linguísticas C (crioulo) e F (francês).

---

<sup>10</sup> GREENBERG, J. H., *A new invitation to linguistics*, 1977. In: DEJEAN, Y. Diglossia Revisited. *Word*, v. 34, n. 3, p.189-213, 1983.

Nesse sentido, a etiqueta de ‘diglossia’ não é adequada para a situação do Haiti porque a esmagadora maioria dos haitianos são monolíngues sem nenhum conhecimento do francês e, portanto, não teriam como mudar de código de acordo com a situação social. Para todos os haitianos, menos uma pequena elite, o crioulo cumpre todas suas necessidades expressivas, inclusive “mentais, intelectuais, psicológicas, sociais e individuais” (Dejean, 1983:192, tradução minha). Além disso, Dejean toma cuidado para explicitar a diferença entre a exclusão e o não-uso, sugerindo que, para a grande maioria monolíngue, se trata do segundo. De acordo com ele, “crioulo não pode ser excluído seriamente de certos domínios aos quais uma população completamente analfabeta não tem, de fato, nenhum acesso” (Dejean, 1983:192, tradução minha).

Mesmo no caso da pequena comunidade F cujos falantes dominam os dois códigos e têm a opção de escolher entre os dois, a tabela de Ferguson descrevendo seu comportamento linguístico é, segundo Dejean (1983), “repleta de insuficiências e erros” (p. 194, tradução minha).

Ao contrário do que a tabela nos mostra, o francês não é a língua religiosa dominante. O vodu haitiano é fortemente vinculado à identidade nacional e ao crioulo, sendo esta a língua usada no culto<sup>11</sup> (Rodrigues, 2008). Quanto à religião cristã, em regiões rurais, a prática de pregar em CH é universal desde os anos 1940, segundo Dejean (1983). Mesmo na capital, os sermões são feitos em CH na missa de domingo, a mais assistida.

Quanto aos discursos políticos, geralmente se serve do francês, sendo este a língua do poder no Haiti. Porém, há exceções em forma de exemplos históricos. Como Dejean aponta, os líderes da revolução, Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines, faziam discursos para as tropas em CH. Além disso, os vários líderes políticos haitianos analfabetos certamente se expressaram em CH em assembleias políticas. Ainda existe um discurso oficial do antigo Presidente Salomon (1879-1888) em CH. O Presidente Stenio Vincent (1930-1941) falava

---

<sup>11</sup> Na sua tese de doutorado, *Francês, crioulo e vodu: a relação entre língua e religião no Haiti* (2008), Rodrigues propõe que o vodu e o crioulo “trilham durante muito tempo o mesmo caminho, sendo um o esteio do outro” (p. 58). Segundo Rodrigues, o vodu era o domínio do crioulo por uma questão de resistência contra a pressão do colonizador. Era preciso “(...) conservar o terreiro do vodu como o local onde a língua crioula poderia ser falada livremente, pois só através dela poder-se-ia perpetuar a tradição do vodu, guardando suas histórias, seus segredos, seus ritos. Sobretudo numa sociedade de tradição oral, numa religião oral, desprovida de livro sagrado, a língua cumpre uma função primordial. Manter a língua viva passa a ser a única forma de manter vivos seus valores, suas tradições e suas crenças” (p. 58).

frequentemente em CH em público. Mais recentemente (e isso depois do artigo de Ferguson) o Presidente Jean-Bertrand Aristide fez seu discurso inaugural em CH em 1991 (Chamberlain, 1995), assim causando uma grande polêmica por apelar às massas monolíngues.

Para tratar das categorias ‘carta pessoal’, ‘palestra na universidade’, ‘coluna no jornal’ e ‘poesia’, Dejean reagrupa sob a categoria de ‘escrita’, pois todos dependem do uso da palavra escrita. Escrever é uma prática que tem de ser adquirida depois de anos de instrução e treinamento na escola. Como a escola era o domínio exclusivo do francês até recentemente (a reforma educativa de 1987) e tradicionalmente não se escrevia em CH (ver capítulos III e V), enfrentamos novamente a realidade linguística de um país onde as massas monolíngues analfabetas predominam.

Em relação a ‘instruções para empregados, garçons, trabalhadores, funcionários’, Dejean descreve essa categoria como ampla e variada, sugerindo que, de fato, pode-se falar com funcionários em francês no Haiti.

Quanto à categoria ‘conversa com amigos, família e colegas’, membros da pequena elite bilíngue conversam em casa em francês. De fato, alguns milhares de haitianos desse pequeno grupo adquirem o francês e o CH simultaneamente como primeiras línguas.

A respeito das categorias ‘novela na rádio’ e ‘legenda de charge’, Dejean aponta que essas não correspondem à realidade haitiana. De acordo com St-Germain (1988), na rádio, o CH é dominante; na televisão, o inglês; e no jornal escrito, o francês. Parece que as categorias da tabela se tratando das mídias apresentam uma visão mal adaptada e simples demais para o contexto haitiano.

Além das críticas acerca da tabela de funções levantadas por Dejean, é importante questionar as constatações de Ferguson acerca do CH. Ele apresenta o CH como uma variedade regional do francês. Como já vimos no capítulo III, o CH é muito diferente estruturalmente do francês. Embora seja geneticamente relacionado ao francês, descrever o CH como uma variedade regional do francês, como Ferguson faz, revela sua ignorância da situação linguística do Haiti.

Percebemos, através da crítica de Dejean, a realidade sociolinguística do Haiti que não consiste numa divisão clara e estrita entre as línguas. De fato, Ferguson apresentou uma concepção altamente falsa da situação sociolinguística no Haiti. Essa concepção teve bastante

influência e foi citada posteriormente por vários linguistas, na sua forma original ou com modificações: Vintila-Radulescu (1976:73 apud Dejean, 1983:201, tradução minha) chamou o artigo de Ferguson de uma “base teórica sólida”<sup>12</sup> para examinar relações entre o CH e o francês no Haiti; DeCamp (1971) comparou o comportamento linguístico de um haitiano instruído à mudança de código (*code-switching*), chamando-o de “um exemplo clássico da diglossia de Ferguson” (p. 349, tradução minha), alterando assim totalmente o significado do termo; finalmente, Valdman (1978) insiste em chamar o Haiti de um país diglótico, citando a separação de domínios de uso que já foi refutada e a descrioulização para justificar a aproximação do CH e do francês e para chamá-los de duas variedades da mesma língua – uma posição absurda (abandonada em Valdman, 1986) quando a realidade de uma população 95% monolíngue, majoritariamente analfabeta com pouquíssimo ou nenhum contato com o francês é considerada.

Com essas considerações, Dejean sugere que a diglossia não tem mais nenhum significado preciso, sendo empregada para se referir a “uma variedade de elementos vagos, mal-definidos e, às vezes, contraditórios” (Dejean, 1993:76, tradução minha). Certamente, a diglossia, quer seja na sua concepção inicial de Ferguson (1959) ou na versão modificada de Fishman (1967), não tem cabimento na explicação da situação sociolinguística do Haiti.

Para entender melhor essa situação, como o próprio Dejean (1983) sugere, iremos analisar a língua no Haiti por meio da estrutura de classe. Temos uma grande classe monolíngue, analfabeta, pobre e uma pequena elite bilíngue, instruída e relativamente rica. Da perspectiva de uma questão de classe social, é claro que o francês surgiu como símbolo do poder, já que era a língua dos colonizadores, dos senhores de escravos e, depois, a língua à qual somente a elite haitiana tinha acesso. É nesse sentido que abordamos a próxima seção.

#### **4.1.2 Estrutura de classe**

Um estudo da estrutura de classe no Haiti é essencial para entender sua situação linguística, pois as duas comunidades linguísticas principais C e F se alinham com as classes

---

<sup>12</sup> VINTILA-RADULESCU, I. *Le créole français*, 1976. In: DEJEAN, Y. Diglossia Revisited. *Word*, v. 34, n. 3, p.189-213, 1983.

socioeconômicas de forma muito próxima, com a mesma divisão de privilegiados/não-privilegiados e bilíngues/monolíngues.

As classes sociais atuais tiveram sua formação no período colonial. O antropólogo e historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot (1990) aponta três acontecimentos pré-revolucionários que tiveram um impacto forte no Haiti independente: 1) a disseminação da organização do trabalho dos escravos que, em oposição ao sistema *plantation*, consistia em pequenos cultivos de subsistência, 2) o crescimento de uma identidade insular entre as elites e 3) a mudança no local do uso da terra, deixando as planícies e se instalando nas montanhas.

De acordo com Trouillot (1990), esses dois últimos acontecimentos foram impulsionados pelo crescimento na indústria de café durante a segunda metade do século XVIII, tendo a produção do café um papel central na trajetória histórica do Haiti. Em 1763, o Tratado de Paris deu fim à Guerra Franco-Indígena e possibilitou novamente a viagem entre a França e Saint-Domingue por navio. Assim, nos anos 1760, houve uma onda de imigração para Saint-Domingue, composta de soldados aposentados, pequena nobreza e artesãos. A nova demanda por café no oeste da Europa levou esses imigrantes, junto com os *gens de couleur*, a produzir café nas montanhas da ilha, até então ignoradas, tendo sido a produção de açúcar considerada mais interessante, onde pequenas propriedades foram estabelecidas, com por volta de 20 ou 30 escravos cada uma. Desta maneira, a produção de café aumentou imensamente do final dos anos 1760 ao final dos anos 1780. Até 1789, Saint-Domingue produzia cerca de 60% do café vendido no mundo ocidental e, por 160 anos após a revolução, o café permaneceu o principal produto de exportação do Haiti.

Além de deslocar a base de produção da planície para as montanhas, as práticas econômicas e sociais dos escravos também mudaram. Os escravos passaram a plantar hortas e pequenos cultivos familiares perto dos latifúndios em que trabalhavam, como acontecia em outros lugares do Caribe. No entanto, por causa da topografia desnivelada, parte da terra arável do Haiti não podia ser usada para latifúndios e, portanto, servia somente para os cultivos de famílias escravas, que foram encorajadas porque diminuía a responsabilidade de alimentação dos escravos pelos latifundiários. Ademais, conforme o investimento na produção de açúcar e de café se intensificou, porções sempre maiores da população começaram a depender dos produtos agrícolas e artesanais dos escravos. Dessa forma, esse “processo de trabalho campônio”, como é

chamado por Trouillot (p. 39, tradução minha) surgiu como bastante importante no seio do sistema *plantation*.

Segundo Trouillot (1990), para esses escravos, o peso ideológico desses pequenos cultivos talvez tenha sido igual ao seu valor econômico. Era um dos poucos direitos que conseguiram reter, num sistema que negava mesmo os mais fundamentais. Para entender sua importância, durante a revolução, escravos rebeldes não pediam a abolição da escravidão, mas simplesmente queriam mais dias para trabalhar seus pequenos cultivos.

A economia da colônia também gerou mudanças entre os senhores de escravos. Eles gozavam da proteção do estado francês, mas sentiam rancor do sistema *exclusif* que os forçava a vender seus produtos unicamente para a França. Depois dos anos 1760, com a demanda crescente por café dos Estados Unidos, eles passaram a querer mais autonomia para administrar negócios locais, o que contribuiu com a criação de uma identidade “crioula”, isto é, local, entre as elites.

Além dessa motivação econômica, outros fatores contribuíram para a formação de uma identidade insular da elite. Os imigrantes que foram para Saint-Domingue se sentiam muito menos ligados à elite da sociedade metropolitana francesa do que os imigrantes da geração anterior. Em oposição aos senhores de açúcar absentistas que preferiam voltar para a França ao invés de ficar na colônia, esses imigrantes contribuíram para a formação de um espírito “indigenista” e justificavam sua pretensão de poder pelo conhecimento da colônia e do ambiente local. Contudo, apesar desse orgulho que sentiam, esses mesmos admiravam ideias e atividades associadas à cultura francesa. Nesse sentido, Trouillot constata que “as elites haitianas herdariam muitos aspectos dessa mistura ambígua. Produtos de uma situação que antecipou o neocolonialismo no resto do mundo por um século e meio, eles assumiram o poder com um senso de identidade dividido entre ‘aqui’ e ‘lá’” (1990:38).

Segundo Trouillot (1990) e Wingfield e Parenton (1965), um ano antes do início da revolução, em 1790, tinham se consolidado as seguintes classes sociais: 1) os *grands blancs*, os brancos mais poderosos, um pequeno grupo de funcionários de posição alta, representantes de cartéis de comércio metropolitanos e senhores ricos, ligados por parentesco ou aliança; 2) os *petits blancs*, classe mais baixa de brancos que consistia em artesãos, supervisores de escravos, donos de pequenas propriedades e pequenos burocratas locais; 3) um grupo maior de *affranchis* (negros livres) e *gens de couleur* (mestiços, especialmente mulatos que nasceram livres e seus descendentes), que gozavam de muitos direitos, exceto o de ter cargos públicos e algumas

profissões, e que, muitas vezes, tinham escravos e se identificavam mais com os brancos do que com os escravos; e 4) os escravos negros, que se diferenciam por trabalhar na casa do senhor ou nos campos e por nascer na colônia (*neg creole*) ou na África (*neg bossal*). Na véspera da revolução, Moreau de St. Mery estimou o seguinte perfil demográfico: 40.000 brancos (8% da população), 28.000 *affranchis* e *gens de couleur* (5%) e 452.000 escravos (87%). Esse padrão de estratificação colonial formou a base do sistema de classe haitiano atual. Para entender esse processo, é preciso traçar um pouco da história pós-revolução.

Até 1802, dois anos antes da declaração de independência, apesar do êxodo dos brancos, os generais revolucionários restauraram latifúndios abandonados, encorajaram os senhores a ficar e impuseram um sistema agrícola repressivo posteriormente chamado de *caporalisme agraire* (“agricultura militarizada”). No entanto, as massas recém-liberadas não enxergavam uma diferença clara entre esse sistema e a escravidão. Queriam terra para plantar seus cultivos, enquanto os líderes políticos queriam cultivos para exportação. Todos, dos líderes da revolução aos escravos, concordavam sobre a abolição da escravidão, mas, quanto à produção agrícola, havia uma contradição inerente desde a fundação do Haiti, descrito nos termos de Trouillot como: o estado (o governo composto da classe dominante) em desacordo com a nação (o povo).

Depois da traição e do sequestro de Toussaint Louverture, o líder e arquiteto da Revolução, em janeiro de 1802 que levou à sua morte numa prisão francesa, Jean-Jacques Dessalines (o segundo em comando), Henry Christophe e Alexandre Pétion reorganizaram o exército. Dessalines levou os revolucionários à vitória, proclamando a independência do Haiti dia primeiro de janeiro de 1804. (Depois da declaração, ele massacrou todos os brancos restantes, tornando-se os *affranchis* e *gens de couleurs* a nova elite, preenchendo o vazio dos brancos.) Com isso, fundou a primeira república negra, produto da primeira e única rebelião escrava bem sucedida.

Dessalines tomou todos os latifúndios abandonados para o Estado, querendo que o governo gerenciasse todas as propriedades haitianas, uma posição impopular entre os *anciens libres* (pessoas que já eram livres antes da revolução). Por conta de sua pele escura e de suas políticas econômicas, ele foi assassinado em 1806, deixando o novo país em crise.

O poder foi tomado por Christophe, o oficial mais graduado do exército, mas sua legitimidade foi questionada pelos mulatos do oeste e do sul que formaram uma nova república sob a liderança de Pétion nessas regiões. Essa divisão de território entre o Reino do Norte de

Christophe e a República de Pétion no sul permaneceu por 15 anos até 1820, quando Jean-Pierre Boyer, amigo de Pétion, tomou controle do país e o unificou novamente.

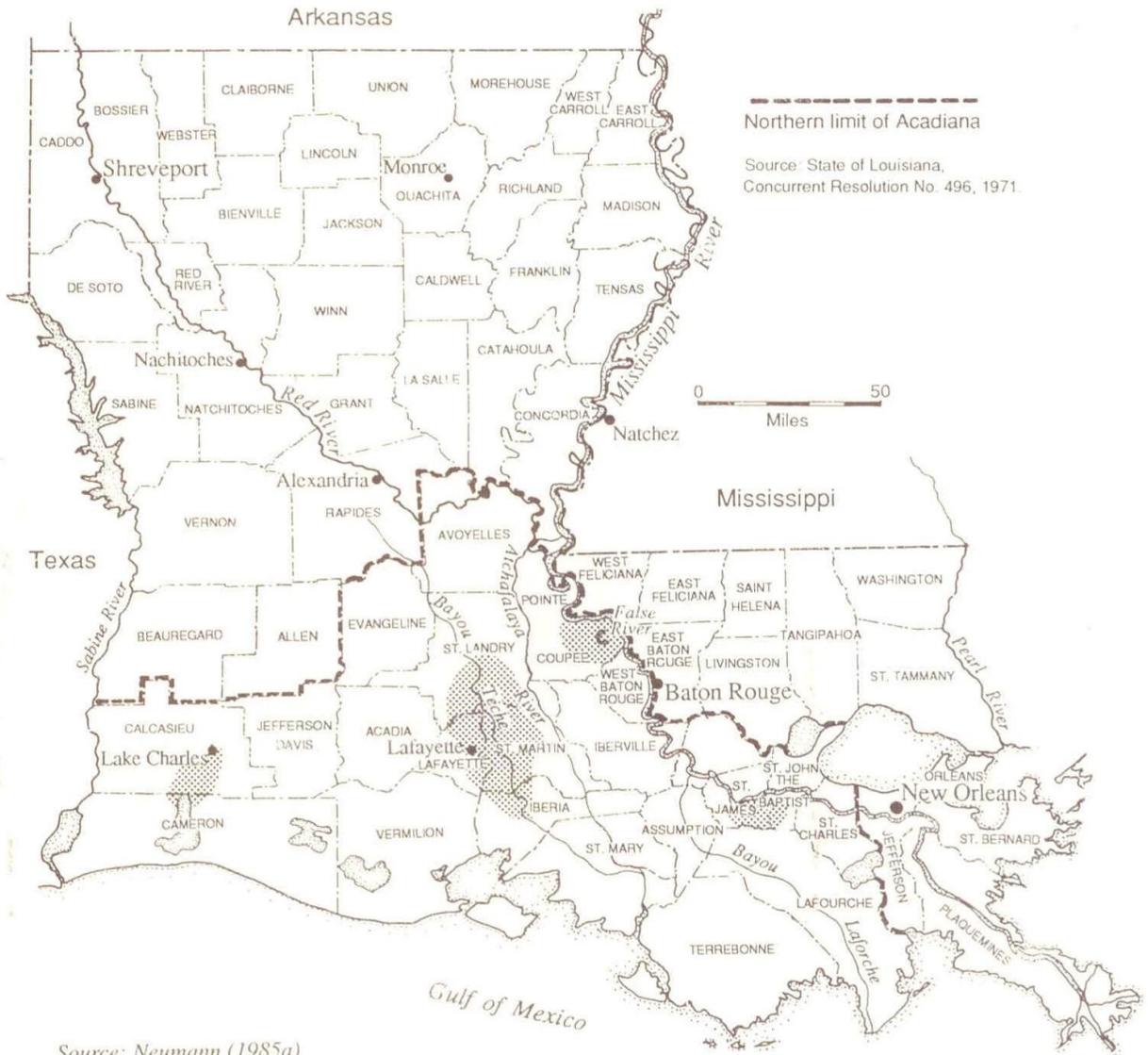
Apesar do seu esforço, Boyer nunca conseguiu restabelecer o sistema *plantation* que tinha deixado a colônia tão produtiva e rica porque ia de encontro à visão de liberdade das massas. Outro obstáculo ao desenvolvimento nacional era o pesado fardo imposto ao Haiti pela Europa e pelos Estados Unidos. O sucesso da rebelião escrava no Haiti assustou esses líderes racistas que dependiam do trabalho escravo e, por conseguinte, os Estados Unidos e a maioria dos governos europeus não tiveram nenhuma relação diplomática ou política com a nova nação. A França inicialmente se recusou a reconhecer a independência do Haiti, reconhecendo-a somente em 1838, e cobrou uma indenização cara. O Vaticano também se recusou a estabelecer uma diocese independente no Haiti, sem a qual não foi possível criar um sistema de educação adequado e abrangente. Quando a primeira escola católica foi estabelecida depois do reconhecimento do Haiti pelo Vaticano em 1860, o sistema educacional já atendia exclusivamente às necessidades das elites. De acordo com Trouillot (1990), o Haiti era “um país sem aliado natural, um anacronismo internacional” (p. 57, tradução minha).

Em resumo, desde o começo do século XIX, a composição fundamental da estrutura de classe não mudou, devido à exploração econômica do campesinato (e um hiato resultante de Estado contra nação), dependência no exterior e instabilidade política crônica que impede a efetuação de mudanças sociais, econômicas ou políticas reais. Segundo Wingfield e Parenton (1965), “Fundamentalmente, os aspectos principais da estrutura de classe haitiana não mudaram desde sua origem. A mesma porcentagem, 87 ou 88 por cento, da população ainda permanece na base da pirâmide social como uma massa campônia, primeiro como escravos e agora como livres” (p. 339, tradução minha).

De uma perspectiva sociolinguística, com esse olhar para a história, enxergamos a origem da massa monolíngue que não tem e nunca teve poder político ou acesso ao francês – chamados *les inconscients* pela elite – composta das massas campônias rurais e do proletariado urbano cuja preocupação principal é a sobrevivência diária. Por sua vez, a pequena elite bilíngue corresponde ao “seis por cento da população [que] possui, controla e representa o Haiti para o exterior” (Wingfield, 1965:340, tradução minha). Desde a independência, são esses que gozam de acesso à educação e ao francês, língua adquirida na escola para quase todos os bilíngues.

## 4.2 Luisiana

Antigamente, o CL era falado na metade sul da Luisiana e na costa do Golfo até Mobile ou mesmo Pensacola (atualmente cidades no estado de Alabama), passando pela costa do Mississippi, estado vizinho da Luisiana. Hoje em dia, é falado por negros, brancos e mestiços, em pequenas e esparsas regiões no sul da Luisiana, sendo a língua relativamente pouco estudada. A paróquia crioulófona chamada Pointe Coupee é o foco da obra mais completa sobre o CL de Thomas A. Klinger (2003), *If I could turn my tongue like that: the Creole Language of the Pointe Coupee Parish, Louisiana*. Nessa obra, Klinger aponta a dificuldade de estimar com precisão o número de falantes atuais do CL, mas sugere aproximadamente 50.000 falantes, quase todos com mais de 60 anos, com poucas ou nenhuma criança aprendendo a língua. Assim, podemos ressaltar que, servindo-se de metáfora da biologia, essa é uma língua ameaçada de extinção, que, na estimativa de Klinger, não será mais falada dentro de duas ou três décadas.



**Figura 5.** Mapa das regiões crioulofônicas da Luisiana, indicadas em cinza (Klinger, 2003).

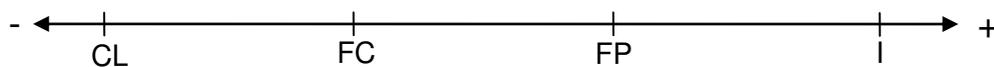
A complexidade da situação sociolinguística da Luisiana se revela na multiplicidade de variedades linguísticas presentes. O CL convive evidentemente com o inglês e com mais duas variedades aparentadas ao francês, dentro do chamado triângulo francófono da Luisiana: o francês padrão (FP) ou dito “internacional”, reintroduzido pela escola; o francês cajun (FC), uma variedade local mutuamente compreensível com o FP; e o crioulo da Luisiana (CL). Pode-se entender que essas três variedades formam um contínuo de prestígio, tendo nos dois pólos o FP (mais prestígio) e o CL (menos prestígio, tendo mantido sua associação com a escravidão), com o FC entre eles. De acordo com Marshall (1997), os falantes ocupando esse contínuo se movem

em direções diferentes, resultando numa variação maior que complica tanto a pesquisa linguística quanto movimentos de revitalização linguística no estado.

Atualmente, essas línguas são, sobretudo, línguas minoritárias nesse estado estadunidense; de acordo com uma pesquisa feita pelo CODOFIL (*Council for the Development of French in Louisiana* ou Conselho para o Desenvolvimento do Francês na Luisiana), de um grupo de 1.020 participantes, 25% declarou que fala FC em casa, 14,3% FP e somente 8,9% CL (Valdman, 1997).

Segundo Klinger (2003), historicamente, o CL convivia com duas variedades aparentadas ao francês<sup>13</sup>: o FC e o francês da sociedade *plantation* (FSP), de acordo com a nomeação de Klinger. O FSP era uma variedade regional com pouca divergência do francês. Como o nome indica, o FSP se desenvolveu no contexto social da sociedade *plantation*, cuja riqueza estimulou a imigração contínua de falantes do francês, mantendo certa conexão social e linguística com a França pela matrícula dos seus filhos, ou em escolas na França, ou em escolas na Luisiana nas quais o francês era a língua de instrução. Portanto, essa variedade muito próxima ao FP se consolidou na elite da Luisiana no começo do século XVIII. Porém, depois da Guerra de Secessão, o FSP entrou em forte declínio, não tendo mais praticamente nenhum falante.

O FC representa um conjunto de variedades que podem variar significativamente entre regiões onde é falado. O FC tem sua origem nos imigrantes acadianos, mas também em imigrantes da França, e é falado no mesmo triângulo francófono do sul da Luisiana que cerca as regiões onde moram os atuais falantes do CL. Por sua vez, o FP foi reintroduzido pelas ações de revitalização do CODOFIL e pelas iniciativas de educação bilíngue dos anos 1970. Atualmente, o inglês ocupa a posição de mais prestígio social na Luisiana, acima das variedades geneticamente relacionadas ao francês.



**Figura 6.** Contínuo de prestígio no sul da Luisiana (CL = crioulo da Luisiana, FC = francês cajun, FP = francês padrão, I = inglês).

<sup>13</sup> Na literatura sobre língua na Luisiana, encontra-se a frase “variedades do francês”, referindo-se ao FC e ao CL no sentido de existir uma relação genética entre essas línguas e o francês. Neste trabalho, para evitar a possibilidade de “variedade do francês” ser interpretado no sentido pejorativo como um dialeto não-padrão/simplificado/corrompido do francês, usa-se “variedade aparentada ao francês” ou “variedade geneticamente relacionada ao francês”.

Nesse sentido, o inglês vem influenciando cada vez mais a sociolinguística do triângulo francófono há séculos. Klinger aponta para uma divisão funcional entre o CL e o inglês que, diferente do caso do Haiti, pode ser chamada de diglósica, sendo o inglês usado em contextos públicos e oficiais e o CL usado na vida privada em casa e com amigos. A influência do inglês também se manifesta como mudança de código (*code-switching*) constante entre as duas línguas, já que todos os falantes atuais são bilíngues em CL e em inglês, além de empréstimos e decalques muito frequentes. Esse segundo fenômeno de situação multilíngue torna inadequada a aplicação da etiqueta de diglossia, mas ainda pode ser útil no sentido de que há uma divisão funcional entre as duas línguas.

Além desses fenômenos, a descrição mais adequada da situação sociolinguística da Luisiana tem de abordar a vitalidade decrescente do CL. Em diferentes graus, todas as variedades aparentadas ao francês da Luisiana perdem terreno para o inglês desde sua introdução na região, o que será discutido na próxima seção. Para o CL, isso se manifesta em forma de atrito linguístico, a perda de uma língua (nesse caso, o CL) por um falante bilíngue (CL e inglês), ocorrendo atualmente na Luisiana. Essa perda de vitalidade do CL, que é o caso de toda perda de língua, tem motivos sociohistóricos. Embora questões de classe sejam relevantes ao caso da Luisiana, podemos entender a sociolinguística da Luisiana pós-colonial por meio de uma análise da influência crescente do inglês.

#### 4.2.1 Inglês na Luisiana

Durante o período de formação do CL, a influência do inglês no triângulo francófono era pouca. O momento decisivo para a introdução do inglês (“americanização” na literatura<sup>14</sup>) foi em 1803 com a Compra da Luisiana da França, transferindo a Luisiana (que incluía muito mais do que o estado atual de Luisiana) para os Estados Unidos. Na paróquia Pointe Coupee, havia relativamente poucos americanos, mas houve um influxo massivo desses depois da compra que começou lentamente mais ganhou força com o tempo. Segundo Klinger (2003), em 1807, 10 de

---

<sup>14</sup> Esse termo é usado na literatura para indicar a conversão linguística para o inglês, mas também implica certa assimilação cultural que levou a tal conversão. Por isso, não será usado para tratar da conversão linguística.

77 famílias eram “anglo-saxãs”, mas também havia imigração contínua de falantes do francês da Europa, do Caribe, do Canadá e de outros lugares francófonos da Luisiana, tendendo-se a reduzir o impacto dessa presença americana. Até 1860, como seria o caso em toda a Luisiana, 48 de 63 latifúndios da paróquia tinham donos americanos, sendo “americano” definido como “nativos do resto dos Estados Unidos residindo na Luisiana e pessoas nascidas na Luisiana de descendência anglo-americana” (Klinger, 2003:107, tradução minha).

Klinger (2003) aponta para a importância dos escravos na introdução do inglês da Luisiana. Muitos latifundiários levaram escravos anglófonos em grande número para a Luisiana durante o século XIX, resultando na aprendizagem do inglês primeiro pelos negros da região. Lachance (1992), ao discutir a presença do inglês de Nova Orleans, especula que a inconveniência de não entender seus escravos anglófonos poderia ter contribuído à conversão linguística dos latifundiários. Além disso, por causa da proibição do comércio de escravos internacional em 1804, escravos anglófonos foram importados para a Luisiana nacionalmente do resto dos Estados Unidos, particularmente a costa leste.

Porém, apesar desse influxo de americanos e, em menor grau, europeus, o francês e o CL provavelmente eram as línguas mais faladas em Pointe Coupee durante o século XIX. Numa tentativa de medir o prestígio do francês e do inglês durante esse período, Klinger destaca os jornais da paróquia. Em meados do século XIX, existiam três jornais publicados nas duas línguas, mas, até 1872, não existia mais nenhum jornal publicado em francês, um sinal claro da perda de prestígio sofrida pelo francês na paróquia. Poucas pessoas ainda conseguiam ler francês, não sendo mais a língua de instrução para aqueles com as condições financeiras para tê-la. Independentemente disso, os pequenos agricultores e escravos antigos – todos os escravos sendo libertados depois do final da Guerra de Secessão em 1865 – continuaram falando variedades aparentadas ao francês, cuja manutenção foi possibilitada pela estrutura socioeconômica da paróquia, que refletia a da Luisiana inteira. Como escreve Costello (1999:83 apud Klinger, 2003:109), “cada latifúndio ou grupo isolado de pequenas propriedades existia como seu próprio pequeno universo”<sup>15</sup>, do qual não era preciso sair para conseguir a maioria dos bens e dos serviços. As redes sociais eram muito fechadas, e casar com primo de segundo ou de primeiro grau era comum. De acordo com Klinger (2003), “A natureza voltada para dentro da

---

<sup>15</sup> COSTELLO, B., *A history of Pointe Coupee Parish, Louisiana*, 1999. In: KLINGER, T. A. *If I could turn my tongue like that: The Creole Language of Pointe Coupee Parish, Louisiana*. Baton Rouge: Louisiana State Press, 2003.

sociedade Pointe Coupee era a maior defesa que as línguas francesa e crioula tinham contra a pressão crescente do inglês” (p. 109, tradução minha). Apesar da pressão crescente do inglês, essa situação sociolinguística permaneceu até o século XX<sup>16</sup>.

O final da Guerra de Secessão em 1865 nos Estados Unidos (e a subsequente libertação dos escravos) trouxe consigo grandes mudanças na organização socioeconômica da região. O sistema escravista foi substituído por um sistema de parceria no qual ex-escravos, pequenos agricultores, recém-imigrantes e outros trabalhadores usavam a terra dos latifundiários para plantar, tendo que dar certa porcentagem da colheita para o dono. Apesar dessa mudança, as relações sociais continuaram, em grande parte, como estavam antes. A maioria dos trabalhadores agrícolas ainda eram negros que continuaram dependendo dos latifundiários e ficaram nos mesmos alojamentos da época da escravidão.

A situação mudou dramaticamente com a mecanização da agricultura na segunda metade do século XX. O uso de máquinas agrícolas, tais como tratores e seus implementos, reduziu bastante o número de pessoas empregadas na plantação, resultando numa alta taxa de desemprego entre os negros. Por conseguinte, eles tinham que procurar outros empregos, que muitas vezes os levaram fora da paróquia, incentivando, portanto, os que ainda eram falantes monolíngues do CL a aprender o inglês.

Podemos observar que a história sociolinguística da paróquia Pointe Coupee reflete a de toda a Luisiana rural crioulofona. Embora Pointe Coupee tenha resistido mais à conversão linguística comparada com, por exemplo, Nova Orleans, por ser um lugar rural mais afastado, isolado e em grande parte auto-suficiente, o século XX trouxe consigo maior acesso aos lugares rurais afastados, facilitando o transporte, e avanços tecnológicos que mudaram sua estrutura socioeconômica e obrigaram falantes a sair da paróquia. Além disso, a educação teve um papel fundamental na disseminação do inglês em lugares rurais entre falantes monolíngues do CL, particularmente entre os brancos, o que será discutido no próximo capítulo.

---

<sup>16</sup> Vale ressaltar que brancos pobres também falavam CL, tendo aprendido a língua com descendentes de escravos em vários cenários de contato na Luisiana: trabalhando lado a lado na colheita, com babás crioulofonas, brincando na rua na infância, etc. Vejamos aqui a importância de classe e não necessariamente de raça na compreensão da história sociolinguística da Luisiana.

## 5 Política linguística

Além da influência de mudanças sociais, demográficas e econômicas na dinâmica sociolinguística, entes políticos também intervêm por meio da política linguística – políticas referentes à língua e à sociedade – e do planejamento linguístico – a implementação dessas políticas. Nesse capítulo, discutem-se essa prática e seus limites nos casos do Haiti e da Luisiana, sendo tratados nesta ordem.

### 5.1 Haiti

Para essa discussão, partimos da estrutura de classe introduzida do capítulo anterior de uma massa monolíngue (95% da população) e uma pequena elite bilíngue (5% da população).

#### 5.1.1 Legislação linguística

Desde a independência, o francês foi usado como a língua oficial *de fato* do país. Seguindo St-Germain (1988), no artigo 24 da constituição de 1918, durante a ocupação americana (1915-1934), o francês se tornou língua oficial *de jure* em reação à ameaça apresentada pelos ocupantes (Valdman, 1978:360, tradução minha):

O francês é a língua oficial. Seu emprego é obrigatório para assuntos administrativos e jurídicos.

St-Germain (1988) ressalta que pode-se também interpretar a inclusão desse artigo como uma concessão dos ocupantes para a elite haitiana.

Esse artigo permanece igual nas constituições subsequentes (de 1932, 1946, 1950), até uma mudança a respeito da língua em 1964, no artigo 35 (Valdman, 1978:360, tradução minha):

O francês é a língua oficial. Seu emprego é obrigatório em serviços públicos. Não obstante, a lei determina os casos e as condições nos quais o uso do crioulo é permitido e mesmo recomendado para a preservação dos interesses materiais e morais dos cidadãos que não conhecem suficientemente a língua francesa.

Observamos neste artigo uma espécie de tolerância maior dos monolíngues, permitindo o uso do crioulo em certas situações que não são explicitadas.

Foi somente em 1987 que o artigo 5 da Constituição reconheceu a realidade linguística do país que permanece desde sua fundação, embora de forma pouco coerente, sem uma conexão lógica entre a primeira e a segunda linha do parágrafo (Dejean, 1993:81, tradução minha):

Todos os haitianos são unidos por uma língua comum: o crioulo.  
O crioulo e o francês são as línguas oficiais da República.

Esse artigo 5 pode ser interpretado simplesmente como um reconhecimento oficial bastante tardio do CH, a língua nacional.

Vale ressaltar que, em termos práticos, essa posição oficial privilegiada não afetou de forma alguma a situação sociolinguística do país para as massas monolíngues. O reconhecimento oficial constante do francês é mais um reflexo do seu prestígio social do que uma promoção da língua com algum efeito concreto.

No artigo 213 da constituição de 1987, temos também uma tentativa de planejamento linguístico (Dejean, 1993:81, tradução minha):

Uma Academia haitiana é estabelecida visando à fixação da língua crioula e à permissão de seu desenvolvimento científico e harmonioso.

Essa academia do CH nunca foi realizada, ficando a responsabilidade da disponibilização das leis em crioulo com organizações como o GREAL (*Groupe de Recherches e de Expérimentation en Alphabétisation* ou Grupo de Pesquisa e de Experimentação em Alfabetização), que visa à tradução em crioulo de certos textos fundamentais, como a Constituição, que não existe em versão inteligível para a grande maioria (St-Germain, 1988).

### **5.1.2 Padronização**

A padronização do CH é limitada à ortografia. Até meados do século XX, o CH nunca tinha tido uma ortografia própria, sendo uma ortografia etimológica, isto é, parecida com a do francês, usada para representá-lo. Seguindo a descrição do debate ortográfico de Valdman (2005), a questão acerca da criação de uma ortografia para o CH surgiu no início da década de 40

com a proposta McConnell-Laubach, chamando a atenção de escritores, acadêmicos e pedagogos. Apesar de propor, tendo como base o AFI (Alfabeto Fonético Internacional), um alfabeto fonêmico tecnicamente adequado, essa proposta foi negada devido a letras vistas como “anglo-saxônicas” (<k>, <w>, <y>), ao uso do acento grave para representar a nasalização, que diferencia do uso desse acento no francês, e aos perfis dos autores da ortografia – de nacionalidades norte-americana e irlandesa, protestantes e falantes do inglês. Podemos dizer que essa proposta foi linguisticamente adequada em termos técnicos, mas socialmente inaceitável.

Nesse sentido, a contra proposta de Pressoir, um jornalista, e Faublas, um educador, a única concebida por uma equipe exclusivamente haitiana, defendia uma ortografia mais etimológica; ou seja, que aproximava-se mais da ortografia francesa. Essa ortografia foi adotada pela instituição governamental ONAAC (*Office National d’Alphabétisation et d’Action Communautaire*) e foi usada entre 1946 e 1975 para toda produção escrita, inclusive o primeiro romance escrito em CH, *Dezafi* de Franketienne.

O debate das ortografias, que incluiu até nove outras ortografias diferentes além das duas principais descritas acima, foi, na sua maior parte, resolvido pela adoção de uma ortografia pelo governo, mas que nunca foi tecnicamente aprovada. Foi a ortografia do Institut Pédagogique National (IPN) que se tornou semi-oficial em previsão da reforma educativa que introduziria o CH em todas as escolas. Essa ortografia, proposta em 1975 e aceita pelo governo em 1980, apoiou-se fortemente na ortografia Pressoir-Faublas (ver Fig. 6) e é justamente essa ortografia que se usa até hoje, embora tenha certa variação no seu uso.

API	(1943) McCONNELL-LAUBACH	(1945) ONAAC (FAUBLAS PRESSEIR)	(1975) IPN
I	I	I	I
u	ou	ou	ou
o	o	o	o
Š	ô, ò	ò	ò
e	é	é	<b>e</b>
ε	è	è	è
ê	ê	<b>in</b>	<b>en</b>
in	in	<b>i-n</b>	<b>in</b>
ên	ên	<b>inn</b>	<b>enn</b>
en	èn	èn	èn
ã	â	<b>an</b>	<b>an</b>
ân	ân	<b>ann</b>	<b>ann</b>
an	an	<b>a-n</b>	<b>àn</b>
ô	ô	<b>on</b>	<b>on</b>
<b>ôn</b>	<b>ôn</b>	<b>onn</b>	<b>onn</b>
Šn	òn	òn	òn
wa	wa	<b>oua</b>	<u>wa</u>
jo	yo	yo	yo
pye	pyé	<b>pié</b>	<u>pye</u>
ri	ri	ri	ri
wu < ru	rou	rou	<b>wou</b>

**Figura 7.** As propostas ortográficas (Valdman, 2005).

No artigo *The “Real” Haitian Creole: Ideology, Metalinguistics, and Orthographic Choice*, Schieffelin e Doucet (1994) mostram que a ortografia aborda muito mais do que uma questão puramente técnica ou linguística, e analisam as ideologias concorrentes inerentes nos discursos do debate, que revelam certos interesses políticos e sociais. Porém, por mais revelador que seja o debate, é importante ressaltar que esse assunto está totalmente fora do alcance de 95% da população, sua participação sendo limitada aos bilíngues.

### 5.1.3 Educação

Segundo Prou (2009), apesar da primeira constituição declarar a educação obrigatória e livre para todas as crianças haitianas, o Estado nunca priorizou a educação. Como vimos no capítulo II, escolas primárias e secundárias particulares foram estabelecidas no Reino de Christophe e na República de Pétion, mas visavam às elites, reforçando a estratificação social que caracteriza a sociedade haitiana. Como fez o resto da comunidade internacional, o Vaticano se recusou a reconhecer a legitimidade do Haiti depois da sua independência. Foi somente em 1860 que a primeira escola católica foi estabelecida com a assinatura da *Concordat*. Assim, iniciou-se a entrada de missionários católicos e a abertura de escolas católicas. Contudo, o

sistema de educação existente já atendia exclusivamente as necessidades da elite, e o estabelecimento dessas escolas católicas não mudou as práticas de exclusão já existentes.

De acordo com Prou (2009), na segunda metade do século XIX, o Haiti gozou de um período breve de estabilidade relativa e produção artística, literária, cultural e econômica, com a exportação de café, cacau e outros produtos agrícolas para os Estados Unidos e para a Europa. Porém, a violência e a instabilidade política subverteram a expansão do sistema educacional e resultaram no encerramento de muitas escolas católicas.

Essa instabilidade continuou no século XX, internamente e com a intervenção estrangeira dos Estados Unidos em 1915, ocupando o Haiti até 1934. Foi durante a ocupação americana que o Haiti passou pela primeira grande reforma educativa. Os administradores da ocupação colaboraram com os líderes locais para instalar programas de educação agrícola nas províncias. Porém essa ação foi interpretada como promotora da divisão social por intelectuais haitianos e pelas massas, pois as escolas rurais, além de alfabetizar os alunos, focavam em capacidades agrícolas e industriais, sendo as escolas urbanas isentas desse novo programa de estudos. Por essa codificação da desigualdade urbano-rural já existente, muitos instrutores de professores e professores eles mesmos preferiram sair da profissão ao invés de implementar um programa com o qual eles não concordavam, e a reforma educativa fracassou. As atitudes racistas dos ocupantes e a participação americana em assuntos políticos e econômicos levaram a manifestações nacionais e os ocupantes deixaram o Haiti em 1934, tendo suas iniciativas impactado pouco o sistema educacional haitiano.

Uma segunda tentativa de reforma foi proposta em 1941 pelo Ministro da Educação, Maurice Dartigue. A reforma Dartigue, como era conhecida, visava a um programa de estudos semelhante ao da reforma americana e, portanto, foi rejeitada pelas massas rurais que preferiam o programa de estudos clássico da elite. Esse sistema educacional tradicional baseado no sistema francês se concentrava no meio urbano, particularmente na capital, Porto Príncipe, durante o final dos anos 40 e as décadas de 50, 60 e 70, e usava exclusivamente o francês como língua de instrução, empregando técnicas de punição por falar em CH como *le jeu des jetons*, no qual uma ficha é passada de uma criança para outra quando a primeira escuta seu colega falando em CH; quem está com a ficha no final do dia é punido (Joint, 2004). Além disso, usavam materiais didáticos que tratavam da França e da cultura francesa, vestígios da época colonial mantidos pelos líderes haitianos, assim afastando os estudantes da sua própria língua e cultura. Depois de

se formar, os estudantes que passaram por esse sistema iam para a Europa, a América Latina, o Canadá ou os Estados Unidos para a educação superior.

Na década de 1970, o país e o sistema educacional estavam em crise. A retirada da ocupação americana foi seguida por uma série de governos opressivos apoiados pelos Estados Unidos, até a eleição de um novo presidente, François “Papa Doc” Duvalier, assim chamado por ser médico, em 1957, dando início à brutal ditadura Duvalier que durou até 1986. Se tornando “Presidente vitalício” em 1964, manteve-se no poder até 1971, quando seu filho Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier assumiu a presidência com 19 anos. Sob a ditadura Duvalier, o Haiti empobreceu, com taxas de desemprego e de analfabetismo muito altas, sendo conhecido como o país mais pobre do hemisfério ocidental desde os anos 60.

Numa tentativa de Jean-Claude Duvalier de aumentar o nível da educação e o desenvolvimento nacional frente à pressão internacional, em 1979, a reforma educativa mais ampla da história do Haiti foi lançada pelo então Ministro da Educação, Joseph C. Bernard, visando ao estabelecimento de um sistema educacional público extenso para atender às necessidades de todas as crianças de idade escolar, urbanas e rurais; introduzir o CH como língua oficial de instrução; e adaptar tanto a organização da escola primária e secundária quanto o material didático. Em antecipação da reforma, o IPN (*Institut Pédagogique National* ou Instituto Pedagógico Nacional) foi criado em 1972. O Instituto foi encarregado da reunificação das escolas rurais e urbanas sob o DEN (*Département de l'Éducation Nationale* ou Departamento da Educação Nacional) e, além disso, de um programa piloto usando o CH como língua de instrução e como matéria.

A introdução do CH na sala de aula se revelou o aspecto mais polêmico da reforma. Ambos privilegiados e pobres se opuseram ao uso do CH nas escolas. No Haiti, a introdução do CH subverteu o papel tradicional da escola como mecanismo de manutenção da divisão de classe. De acordo com Flore Zéphir (1996), os imigrantes haitianos nos Estados Unidos se apegam à ideia de que “o conhecimento do francês implica classe social mais alta, um nível maior de educação e um estilo de vida mais refinado e cultivado. Inversamente, crêem que a falta de conhecimento do francês ou o monolinguismo em crioulo indica classe social mais baixa, falta de instrução e de refinamento” (p. 105, tradução minha).

De acordo com Prou (2009), a reforma Bernard não teve êxito por causa de problemas sociais subjacentes que afetam todos os aspectos da vida haitiana, nomeadamente a instabilidade

política (tiveram 32 Ministérios da Educação desde seu lançamento) que dificultou sua implementação. Além disso, nunca houve um consenso na sociedade sobre como o sistema educacional deve ser e para que ele serve.

Atualmente, o sistema educacional tradicional persiste, e a educação no Haiti enfrenta os mesmos problemas dos anos 70, particularmente no meio rural: falta de fundos; falta de acesso à escola; taxa de matrícula, uniformes, livros, cadernos, lápis e outro material didático inacessível a muitos; alunos com desnutrição ou doenças crônicas graves que interferem no desenvolvimento cognitivo; sobrelotação das aulas; professores mal treinados; e instrução em língua estrangeira. Outro problema grave é a chamada “fuga de cérebros” ou “fuga de capital humano” – a emigração de profissionais, educadores e professores para fora do Haiti, para o oeste da África, a Europa, o Canadá e os Estados Unidos a fim de escapar a repressão política, pouca oportunidade para progressão de carreira e condições de trabalho difíceis com salário baixo.

Em conclusão, o governo haitiano fracassou na sua garantia da educação pública para todos. O acesso à educação não é direito, permanecendo somente ao alcance da elite que tem condições de pagar uma educação particular. A educação continua um grande desafio para o desenvolvimento nacional, ficando a situação ainda mais grave depois do terremoto em janeiro de 2011, que prejudicou a infraestrutura educativa já extremamente precária, além da devastação geral na capital em relação aos sistemas de transporte e de comunicação, aos feridos e aos mortos, ao desabrigo e à subsequente ameaça à saúde pública.

## **5.2 Luisiana**

Para tratar da política linguística na Luisiana, vale ressaltar a multiplicidade de línguas presentes, ocupando o CL a posição final do contínuo de prestígio.

### **5.2.1 Legislação linguística**

Como aponta Valdman (1997), de modo geral, a política linguística é um conceito estranho nos Estados Unidos onde não há língua oficial, sendo o inglês a língua *de fato* oficial. Embora não exista língua oficial nacional, nem estadual no caso da Luisiana, há legislação sobre

as línguas no nível estadual. Na Constituição da Luisiana de 1845<sup>17</sup>, existem dois artigos referentes à língua (tradução minha):

ART. 104. O secretário do senado e o escrivão da câmara dos representantes serão proficientes nas línguas francesa e inglesa, e os membros podem se dirigir a ambas as câmaras nas línguas francesa ou inglesa.

ART. 132. A Constituição e as leis desse Estado serão promulgadas nas línguas francesa e inglesa.

A partir desse documento histórico, podemos enxergar a importância do francês no meio político da Luisiana em meados do século XIX. No entanto, a política linguística do estado virou no século XX. Numa tendência da época de impor o inglês e a “americanização” pela legislação, a constituição estadual de 1921 assinalou um momento decisivo para a conversão linguística, estabelecendo o inglês como única língua oficial do estado, inclusive na educação e na religião. Segundo Ancelet (1998 apud Blyth, 1997:31, tradução minha)<sup>18</sup>:

Embora constituições anteriores tenham reconhecido o francês como língua oficial do estado, a constituição de 1921 estabeleceu o inglês como única língua de instrução. Várias gerações de cajuns e crioulos eventualmente foram convencidos de que falar francês era um sinal de ilegitimidade cultural. Mesmo a igreja católica, que tinha mandado missionários franceses e franco-canadenses para o sul da Luisiana, rapidamente tomou medidas para se encaminhar ao uso exclusivo do inglês em serviços religiosos.

Por outro lado, segundo Henry (1997), desde 1968, existe, na Luisiana, uma política linguística visando à revitalização do francês através do programa CODOFIL, cujo objetivo é um bilinguismo inglês-francês generalizado na região. Para tanto, o CODOFIL promove o ensino do FP nas escolas primárias da Luisiana e implementa ações para melhorar o *status* legal e social do FC e a cultura cajun.

O Ato 409 autoriza: “fazer toda e qualquer coisa necessária para atingir o desenvolvimento, a utilização e a preservação da língua francesa como se encontra no Estado da Luisiana para o benefício cultural, econômico e turístico do Estado.” Além deste, quatro outros atos estabelecem: o ensino do francês em escolas primárias e secundárias públicas (Ato 408), o

---

<sup>17</sup> *The New Constitution of the State of Louisiana: Adopted in Convention on the Fourteenth of May, 1845, and Ratified by the People of the State on the Fifth of November, 1845. With a Comparative View of the Old and New Constitutions of the State; and a Copious Index.* New Orleans: J. C. Morgan, 1845.

<sup>18</sup> ANCELET, B., *A perspective on teaching the “problem language” in Louisiana*, 1998. In: BLYTH, C. *The Sociolinguistic Situation of Cajun French: The Effects of Language Shift and Language Loss.* In: VALDMAN, A. (Ed.). *French and Creole in Louisiana.* New York: Plenum Press, 1997. p. 25-46.

treinamento de professores do francês (Ato 257), uma corporação sem fins lucrativos de televisão em língua francesa (Ato 458) e o uso do francês em documentos públicos por oficiais estaduais e por instituições (Ato 256).

Essa legislação permite unicamente o ensino do francês nas escolas, embora sua linguagem seja ambígua sobre qual variedade do francês se trata; a interpretação mais provável de “a língua francesa como se encontra no Estado da Luisiana” (Henry, 1997:189, tradução minha) seria referente ao FC que, embora seja relativamente próximo do FP e mutuamente compreensível desse, é claramente uma variedade regional. O proponente do CODOFIL, James Domengaux, deixa clara sua preferência pelo FP e seu desdém pelo FC, apesar de uma promoção tímida do segundo. De qualquer forma, o CODOFIL não visa ao CL de forma alguma.

Como na padronização, o CL é, em grande parte, ignorado em termos de política linguística. De acordo com Klinger (2003), embora tenha tido um ressurgimento de orgulho entre falantes do CL que se identificaram com a etiqueta “cajun”, isso não resultou em um movimento para preservar o CL e muito menos para usá-lo como língua de instrução. Contudo, nos anos 90, houve uma tentativa de revitalização por um grupo de negros da classe média que se chama *Creole, Inc.* com sede em Lafayette, LA. Segundo Valdman (1997), esse movimento, que pode ser visto como contrapartida ao CODOFIL, levou à criação da revista *Creole Magazine* que dava lições de CL (“La leson kreyòl”) e tinha uma coluna ocasional *Creole Linguistics*, que não é mais publicada.

Para contextualizar a política linguística do estado da Luisiana e as atitudes frente às línguas minoritárias no cenário nacional, vale a pena discutir um movimento chamado *English Only* (literalmente “Somente Inglês”) que visa ao estabelecimento do inglês como única língua oficial. O movimento *English Only* foi precedido por legislação concentrada dos anos 1920 que impunha o inglês e que limitava a imigração principalmente europeia. Com a imigração elevada de latinos na segunda metade do século XX, concentrada nas metrópoles de somente cinco estados (Califórnia, Nova York, Flórida, Texas e Illinois), assim mudando drasticamente o cenário demolinguístico desses lugares, a política linguística tem uma nova importância nos Estados Unidos. O movimento apela à xenofobia e à crença exagerada de que imigrantes hispanófonos não aprendem o inglês. Embora o movimento *English Only* se dirija a falantes do espanhol, para informar nossa discussão do contexto na Luisiana, vale considerar a constatação de Schmid (2000) de que “no final do século XX, a língua inglesa ocupou seu lugar do lado da

bandeira americana como símbolo do que significa ser americano”, assim mostrando a importância da questão da língua para a identidade nacional (p. 73, tradução minha).

### **5.2.2 Padronização**

Bem como na política linguística de forma geral, não existe padronização para o CL.

### **5.2.3 Educação**

Klinger (2003) enfatiza a educação como fator principal na conversão linguística na Luisiana rural, particularmente entre os brancos que tinham maior acesso à educação do que os negros.

A maioria dos falantes brancos que foram entrevistados por Klinger (2003) em Pointe Coupee falavam pouco ou nada de inglês antes de entrar no sistema educacional. Na escola, crianças crioulofonas foram humilhadas, sendo punidas de várias formas. Ao discutir a situação sociolinguística do FC, Blyth (1997) confirma esse tratamento, citando o abuso físico e a humilhação de falantes do FC na frente de seus colegas por falar uma língua que não era o inglês. Uma punição famosa exigia escrever a frase “Eu não devo falar francês nos terrenos da escola”. Portanto, a primeira geração de brancos que foi escolarizada nas escolas públicas também foi a última que aprendeu o CL antes de aprender o inglês, encorajando seus filhos a falar inglês em casa, pois acreditavam que o inglês era necessário para uma vida bem sucedida.

O sistema educacional era eficiente em produzir alunos bilíngues já nos final do século XIX. Contudo, nos anos 1930, as crianças ainda entravam nas escolas sem saber falar inglês, sendo o monolingüismo em CL um fenômeno comum até os meados do século XX na paróquia Pointe Coupee.

Por sua vez, a educação não foi tão importante para os negros pela exclusão dos negros na escola e, em menor grau, pelo fato do inglês já ser relativamente bem disseminado na comunidade negra.

Os negros tiveram que esperar até 1950 para a construção da primeira escola para negros, *New Roads High School*, por causa de restrições na educação dos negros que visavam a limitar o acesso à educação e sua qualidade, até recorrendo a ataques violentos contra os negros a fim de

desestimular sua escolarização. Excluídos das escolas públicas, os negros tinham que se escolarizar por outros meios: por fundações particulares, igrejas locais e escolas particulares que eles mesmos construíaam e patrocinavam. Sem transporte, as escolas tinham de ficar perto das casas dos alunos, resultando em um número superior de escolas para negros do que para brancos. No entanto, o ano letivo foi limitado a 3-5 meses pela exigência dos latifundiários de mão-de-obra. As escolas dos negros tipicamente não ultrapassavam a quinta série, tendo de sair da paróquia para continuar sua educação. Com o movimento dos direitos civis dos negros no final dos anos 60, o acesso livre à educação pública acelerou a conversão linguística do CL para o inglês entre os negros, que começou antes da Guerra de Secessão com o influxo de escravos anglófonos e continuou com mudanças socioeconômicas da primeira metade do século XX.

No caso de Pointe Coupee, a partir do qual podemos generalizar sobre a Luisiana rural como um todo, o nível baixo de educação foi um fator principal na preservação do CL na paróquia.

## 6 Atitudes linguísticas

Neste capítulo, busca-se chegar numa definição de atitudes linguísticas, abordar questões metodológicas acerca da sua avaliação e discutir os questionários sobre atitudes linguísticas que já foram aplicados no Haiti e na Luisiana.

### 6.1 Definição

No intuito de definir as atitudes linguísticas, podemos ressaltar duas teorias diferentes a respeito da natureza de atitudes em geral: a mentalista e a behaviorista.

Segundo Agheyisi e Fishman (1970), a teoria mentalista descreve atitude como um estado mental de prontidão. Nesse sentido, as atitudes preparam uma pessoa para reagir de certa forma a um estímulo. Apesar da subjetividade dessa definição e as complicações metodológicas que ela apresenta por essas atitudes não serem diretamente observáveis, existe a vantagem de esta ser uma variável independente, ou seja, não precisa estar ligada aos estímulos externos do ambiente.

Ainda de acordo com Agheyisi e Fishman (1970), na teoria behaviorista as atitudes são definidas a partir de dados observáveis, sendo atitude uma variável dependente. Essa abordagem apresenta uma vantagem em termos metodológicos, mas é problemática no sentido de que, por ser uma variável dependente, ela não pode explicar outros comportamentos do mesmo organismo.

Outra diferença distinguindo essas duas teorias trata da existência de sub-componentes da atitude; sendo que, geralmente, os mentalistas entendem a atitude como tendo sub-componentes múltiplos, enquanto os behavioristas a entendem como sendo uma unidade. De modo geral, na concepção mentalista existem três sub-componentes: 1) cognitivo ou conhecimento, 2) afetivo ou avaliativo e 3) conativo ou ação.

Para este estudo, nosso interesse se foca não nas atitudes de forma geral, mas especificamente nas atitudes linguísticas. Estas são, segundo o pensamento de Agheyisi e Fishman (1970), atitudes frente a uma língua ou a uma variedade (bonita, feia, suave, simples, etc.); atitudes frente ao significado social de uma língua ou de uma variedade na sociedade e seus estereótipos, suas funções e seus falantes; e a implementação dessas atitudes, no planejamento

linguístico, no ensino de línguas, etc. É importante pontuar que essas categorias não são mutuamente exclusivas, tendo muita duplicação entre as categorias.

## 6.2 Metodologia para abordagem

Em termos metodológicos, o estudo das atitudes linguísticas na sociolinguística tem suas origens no trabalho de Lambert nos anos 1960, partindo-se da psicologia social. Na Universidade McGill, Lambert (1967) criou a técnica *matched guise* (traduzido como “falsos pares” em Labov [1972] 2008, p. 176) para avaliar e medir opiniões sobre os falantes de francês e de inglês no Quebec. Nessa técnica, que Labov ([1972] 2008) chamou de “o instrumento básico agora amplamente usado para o estudo de reações subjetivas à linguagem” (p. 176), várias falas de um mesmo bilíngue, algumas em francês e outras em inglês, foram avaliadas sem que o informante desconfiasse que o falante fosse o mesmo. Desta maneira, a reação subjetiva do informante à linguagem pode ser avaliada e, portanto, também as suas atitudes linguísticas.

Rickford (1980) utilizou a mesma técnica para medir atitudes linguísticas frente às variedades linguísticas do contínuo crioulo da Guiana, onde o crioulo guianês, crioulo inglês, é falado. Ele questionou a perspectiva tradicional das atitudes linguísticas numa situação de contínuo crioulo, de acordo com qual o crioulo (o basileto) é visto como “ruim” e a língua padrão (o acroleto) como “boa”. A partir dos resultados do questionário, Rickford (1980) mostra um cenário mais complexo, no qual essa noção simplista de bom/ruim corresponde às atitudes linguísticas da classe média-baixa, mas não às atitudes de todos os guianenses. Em contraposição às afirmações mais comuns sobre atitudes linguísticas na Guiana, a classe operária apresentou algumas opiniões positivas sobre o crioulo e algumas reações negativas ao inglês. Rickford (1980) observou que, embora a língua padrão seja associada aos cargos mais altos pelas duas classes, sendo o acroleto avaliado positivamente na escala de trabalho pelas duas classes, a classe média-baixa desconfia de falantes da língua padrão, sendo avaliado negativamente por essa classe na escala de amizade.

Esse questionamento de Rickford (1980) é de bastante interesse para este estudo, pois apresenta atitudes mais sutis frente a uma língua crioula. Pode-se analisar a atitude positiva com respeito à linguagem não-padrão a partir dos conceitos de prestígio aberto (*overt* em inglês) e encoberto (*covert*), sendo o prestígio aberto aquele que atribui valores positivos à língua padrão e

o encoberto aquele que os atribui ao vernáculo (Labov, [1972] 2008). A noção do prestígio encoberto, no qual uma variedade não-padrão também pode gozar de certo prestígio, pode ser usada para que entendamos melhor as atitudes linguísticas no caso do CH e do CL.

### 6.3 Atitudes linguísticas no Haiti e na Luisiana

Na literatura, há consenso que o CH e o CL carecem de prestígio de maneira geral, mas existem poucos estudos comprovando essas atitudes. Num questionário aplicado no Haiti em dois momentos diferentes, em 1979 e em 1995, St-Germain (1997) aborda o uso da língua e as atitudes linguísticas.

	Inglês	Espanhol	Francês	Crioulo	Fr./Cr.	Fr./Ing.
<b>Q1 – Em que língua pode dizer tudo que quiser?</b>						
1979				100,0		
1995	1,9	1,3	10,4	49,4	31,2	3,9
ADU				81,2	14,7	
<b>Q2 – Qual é a língua do país?</b>						
1979				96,0	4,0	
1995	2,0	0,7	4,1	28,4	58,1	3,4
ADU			6,7	44,0	49,3	
<b>Q3 – Qual é a língua para falar com estrangeiro?</b>						
1979	6,0		78,0	16,0		
1995	13,5	3,5	41,8	12,1	16,3	9,2
ADU	16,9		25,4	4,2	5,6	42,3
<b>Q3a – Qual é a língua para falar em rádio?</b>						
1979	2,0		52,0	46,0		
1995	3,2	1,6	25,8	46,0	16,9	5,6
ADU	3,0		34,3	14,9	41,8	4,5
<b>Q4 – Qual é a língua mais fácil de aprender?</b>						
1979				100,0		

1995	2,8	1,4	33,8	39,4	17,6	3,5
ADU	15,1	1,4	30,1	42,5	6,8	
<b>Q5 – Qual é a língua mais fácil de entender?</b>						
1979				100,0		
1995	5,7	2,1	29,1	49,6	11,3	1,4
ADU	5,3	2,7	26,7	52,0	12,0	
<b>Q6 – Qual é a língua mais útil para achar um bom trabalho?</b>						
1979	8,0		80,0	12,0		
1995	14,3	1,4	49,7	13,6	4,8	15,0
ADU	8,1		52,7	4,1	5,4	29,7
<b>Q7 – Qual é a língua mais bonita?</b>						
1979	12,0		72,0	16,0		
1995	30,6	11,1	29,9	12,5	0,7	11,8
ADU	9,7	26,4	40,3	12,5	4,2	4,2
<b>Q8 – Qual língua você prefere?</b>						
1979	14,0		62,0	24,0		
1995	22,1	13,1	25,5	18,6	6,9	13,1
ADU	13,5		37,8	20,3	8,1	9,5

1979: respostas (%) obtidas da pesquisa de Joseph (1979) com alunos da 4ª série.

1995: respostas (%) obtidas da pesquisa de junho de 1995 com alunos da 4ª série.

ADU: respostas (%) obtidas com adultos da pesquisa de junho de 1995.

Obs.: Certos totais não são equivalentes a 100 porque certas combinações não foram retidas, isto é, francês-crioulo-espanhol, sendo as porcentagens mínimas.

**Tabela 8.** Resultados comparados (em porcentagem) das respostas de 1979 e das respostas de 1995 (adaptada de St-Germain, 1997:632, tradução minha).

Como se pode observar na Tabela 8, são as duas primeiras (1 e 2) e as três últimas (6, 7 e 8) questões que abordam mais diretamente as atitudes linguísticas.

A questão 1 é ambígua, tratando da expressividade ou do domínio das línguas. É somente nessa primeira questão que o crioulo recebe a avaliação mais alta, podendo significar que os participantes acham o crioulo mais expressivo – o que seria um julgamento positivo sobre a língua – ou que simplesmente se sentem mais confortáveis com essa língua.

A questão 2 também é ambígua, podendo significar a língua nacional ou oficial ou ainda outra coisa dependendo da interpretação. É interessante observar que as crianças de 1979 optaram pelo crioulo, enquanto as de 1995 optaram pela resposta francês/crioulo.

A questão 6 mostra claramente o prestígio aberto do francês na vida profissional, sendo avaliado o mais útil para achar um bom trabalho.

A questão 7 mostra uma preferência estética para o francês e, em menor grau, para o inglês e o espanhol.

A questão 8 mostra uma preferência geral para o francês, mas também para o crioulo e para o inglês.

De modo geral, pode-se constatar que o francês foi avaliado mais positivamente entre essas línguas. Porém, o questionário avalia claramente o prestígio aberto e não o encoberto. Para uma análise mais matizada, temos que recorrer para as observações de linguistas como Dejean (1993), linguista haitiano. Ao falar da educação, ele afirma que (p. 79, 80, tradução minha):

Seria ingênuo acreditar que esses 200 anos de não-uso do crioulo na instrução formal das escolas não teria influenciado as atitudes de quem frequenta e de quem não frequenta a escola a respeito da utilização potencial do crioulo na sala de aula. Mas essa situação não conseguiu criar, entre as massas populares, levemente atingidas pela ideologia disseminada pelas escolas e pelas classes dominantes, sentimentos de desdém e de rejeição da sua única língua e qualquer opinião (muito menos uma convicção) quanto à sua inadequação pedagógica. Ao lado de certa admiração, nos estratos sociais menos favorecidos, para pessoas instruídas que também falam francês, ainda não foi descrito um fenômeno igualmente verdadeiro: o do francês ser visto pelo povo como passível de ridicularização. Longe de admirar, como alguns pensam ingenuamente, a população em geral caçoa do comportamento linguístico do burguês bilíngue.

Partindo para uma análise histórica dos fatos, essa ambiguidade das atitudes linguísticas em relação ao CH pode ser entendida como a mesma ambiguidade que houve na criação de uma nova nação no contexto pós-colonial. A fragmentação da sociedade haitiana levou a elite a herdar as instituições francesas e a assumir o poder político, exercendo-o da mesma maneira que os colonizadores tinham feito, sendo as massas geralmente inconscientes disso. Para os bilíngues, certamente influenciados por sua formação, o CH é símbolo da identidade nacional, mas também da escravidão e das massas iletradas. Para os monolíngues, para o bem ou para o mal, o CH é a sua língua, e o francês é a língua da elite, um grupo cujos hábitos linguísticos são bem e mal vistos ao mesmo tempo.

Na Luisiana, temos uma situação diferente. O CL nunca foi a língua nacional ou regional porque somente era falado por pessoas de classe social baixa, sendo descendentes de escravos ou tendo convivido com descendentes de escravos no caso de imigrantes e brancos pobres. O fato do CL sempre conviver com outras variedades de maior prestígio aberto, que seja o FSP e o FC, ou mais recentemente o FP, o FC e o inglês, manteve a atitude negativa sobre o CL, que, diferente do CH, é a língua, sobretudo e exclusivamente, de uma classe social baixa, não compartilhada pelas classes mais privilegiadas. A política linguística, particularmente por meio da escola, elevou o *status* do inglês e o introduziu aos crioulofônos, estimulando primeiro o bilingüismo e, posteriormente, o atrito linguístico; o fato que o CL está morrendo parece indicar uma carência de prestígio, tanto encoberto quanto aberto.

Em termos de atitudes linguísticas sobre o CL, Valdman (1997) observa que (p. 11, tradução minha):

O CL é notoriamente ausente das discussões sobre a revitalização linguística na Luisiana. (...) Uma explicação parcial dessa negligência se encontra no *status* baixo do CL e em seu vínculo forte com a escravidão. Sua baixa consideração entre falantes brancos explica por que estes se recusam a usá-lo na frente de estranhos e por que frequentemente negam seu uso habitual da língua.

Embora não haja pesquisa específica sobre as atitudes da população geral ou dos próprios falantes, até onde sabemos, a atitude predominante sobre o CL é definitivamente negativa. No estudo de Dubois (1997) sobre a situação sociolinguística do FC, em quatro comunidades cajun, o CL foi avaliado como mais favorável em geral do que o FP, mas a avaliação do FC foi mais favorável ainda do que a do CL (FC > CL > FP), talvez indicando prestígio encoberto. Contudo, como língua de instrução, o CL recebeu a avaliação menos favorável e o FC a mais favorável (FC > FP > CL).

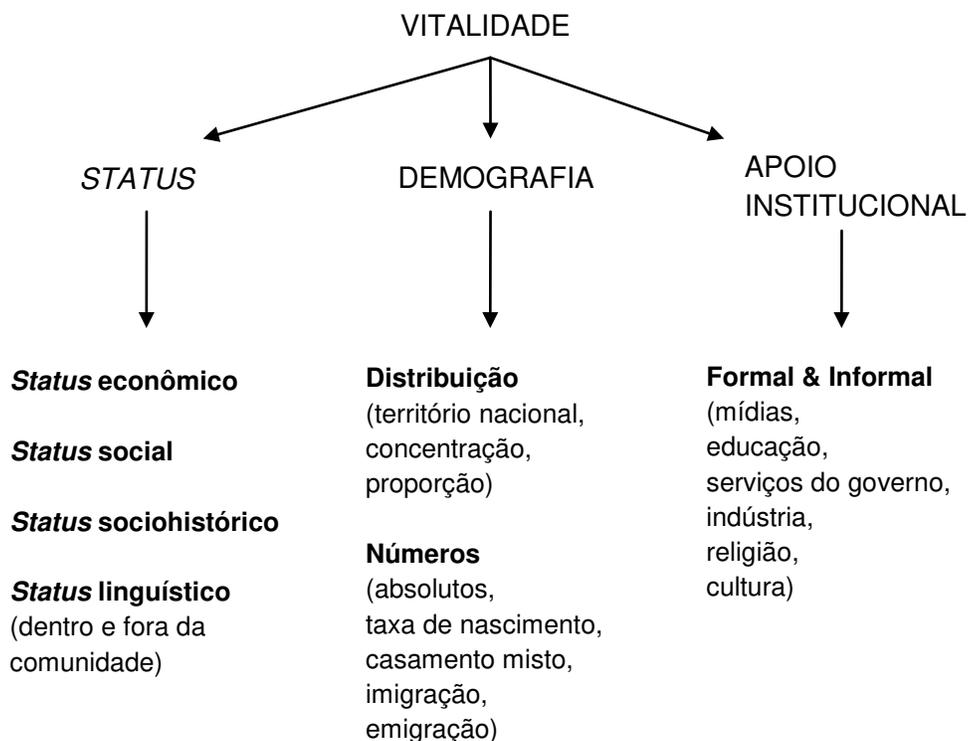
## 6.4 Considerações finais do capítulo

Infelizmente, os estudos já realizados avaliando as atitudes linguísticas no Haiti e na Luisiana não visam avaliar o prestígio encoberto e, portanto, não podemos aproveitar de dados mais matizados a respeito. Porém, a partir de outros estudos realizados em países crioulofônos, como o de Rickford (1980) e de observações de crioulistas sobre as atitudes linguísticas no Haiti

e na Luisiana, podemos constatar que existem atitudes linguísticas multidimensionais frente a essas línguas que vão além da dicotomia simplista de bom/ruim.

## 7 Vitalidade linguística

A vitalidade linguística pode ter vários significados dependendo do contexto teórico. Em Giles et al. (1977), discute-se a vitalidade etnolinguística, um conceito fortemente ligado ao grupo étnico ao qual os falantes de uma língua pertencem, é definida como “o que deixa provável que o grupo se comporte como uma ente coletiva distintiva e ativa em situações intergrupais” (Giles et al., 1977:308, tradução minha). Na sua visão, “as minoridades etnolinguísticas com pouca ou nenhuma vitalidade do grupo eventualmente deixariam de existir como grupos distintivos” e, inversamente, “quanto mais vitalidade linguística um grupo linguístico tem, mais provável a sua sobrevivência e sua prosperidade como ente coletivo num contexto intergrupais” (Giles et al., 1977:308, tradução minha). As variáveis que mais influenciam a vitalidade etnolinguística são divididas em três categorias: *status*, demografia e apoio institucional; tendo cada categoria vários aspectos diferentes que serão discutidos mais adiante. Veja a Tabela 8 abaixo:



**Figura 8.** Taxonomia das variáveis estruturais afetando a vitalidade etnolinguística (adaptada de Giles et al., 1977, tradução minha)

Mufwene (2001b, 2003), por sua vez, ao invés de concentrar-se em relações entre grupos étnicos e distanciando-se da visão macro de Giles et al. (1997), apresenta uma visão micro onde a vitalidade é estabelecida por meio de trocas linguísticas entre indivíduos, num ecossistema linguístico onde questões socioeconômicas são enfatizadas na tomada de decisão que promove certos traços e abandona outros. Na sua visão, são os mesmos processos envolvidos no desenvolvimento de um crioulo ou de qualquer outra língua; assim como na mudança linguística, sem fazer a distinção entre a mudança dita “normal” ou “regular”, que é interna, e a externa, que é desencadeada por contato com outra língua.

Considera-se, aqui, essas duas abordagens opostas, tanto a micro quanto a macro. É claro que a identidade etnolinguística e questões acerca de *status*, demografia e apoio institucional são muito importantes para a vitalidade linguística; por outro lado, esses grupos são abstrações da organização social, estabelecendo-se a vitalidade linguística, na prática, a partir de contato entre idioletos num ecossistema onde questões econômicas pesam fortemente. Sem menosprezar essas considerações teóricas, neste trabalho, a vitalidade linguística é usada no sentido demográfico referente ao número de falantes.

Sendo assim, com essas diferentes teorias em mente é que serão consideradas as duas línguas abordadas neste trabalho, cuja formação e estrutura são parecidas e que, como línguas crioulas criadas por escravos, ainda sofrem preconceito linguístico com raízes na época colonial. Contudo, no Haiti, o CH é definitivamente a língua nacional que une todos e, na Luisiana, o CL provavelmente não será mais falado em algumas décadas. Já traçamos a história desses dois lugares para tentar propor uma explicação parcial da situação sociolinguística atual. Agora os esforços estarão concentrados na seguinte questão: como, e em que medida, a política linguística e as atitudes linguísticas afetaram a vitalidade desses crioulos?

## 7.1 Política linguística

Vimos que a política linguística, que corresponderia ao apoio institucional identificado por Giles et al. (1977), nos dois casos, apoia pouco os crioulos. No caso do Haiti, nas últimas décadas, temos uma tolerância ou até uma aceitação limitada do CH como língua nacional e co-

oficial. Porém, esse reconhecimento parece não ter substância, pois, na prática, o governo não oferece a mesma atenção dada ao francês ao CH. Por sua vez, o CL é ignorado pelo governo do estado da Luisiana. Nesse sentido, em relação ao CH e ao CL, a legislação linguística visando a essas línguas (ou sua falta) é mais um reflexo das atitudes linguísticas já existentes na sociedade do que um poder que influencia seu uso. Porém, a política linguística pode influenciar fortemente as atitudes linguísticas através das escolas, sendo um mecanismo bastante potente que pode levar à conversão linguística, como no caso da Luisiana, uma vez que a população lhe tenha acesso.

## **7.2 Atitudes linguísticas**

Embora possam gozar de prestígio encoberto, as atitudes linguísticas sobre o CH e o CL são geralmente negativas por conta da questão de classe: o crioulo é língua dos escravos, a classe mais estigmatizada no período colonial. Por sua vez, a classe dominante usa seu poder político para impor uma política linguística que expressa seus valores e preconceitos, assim reforçando a estrutura de classe.

Vale ressaltar que a política linguística, pelo menos no Haiti e na Luisiana, é meramente um instrumento que, no plano linguístico, pode (1) deixar o aluno bilíngue e (2) influenciar as atitudes linguísticas, mas não consegue determiná-las. As atitudes linguísticas, como as inovações metodológicas nos mostram, são bastante complexas, sendo a política linguística apenas um aspecto afetando-as.

## **7.3 Considerações práticas**

Além da política e das atitudes linguísticas, é importante enfatizar considerações mais práticas acerca da vitalidade linguística que não entram necessariamente na teoria de Giles et al. (1977) sobre a vitalidade. Evidentemente, a convivência com outra língua, ou seja, uma situação multilíngue, é essencial para que ocorra uma mudança demolinguística. Neste sentido, apontamos a diferença em geografia entre o Haiti e a Luisiana, sendo o primeiro uma ilha e o segundo parte de um território muito maior. É claro que o Haiti faz fronteira com a República Dominicana, tendo os haitianos perto da fronteira uma convivência com falantes do espanhol e

certo conhecimento do espanhol, mas a divisão política limita o contato linguístico. O CL também sempre conviveu com o francês, mas esse contato se limitava a certo estrato social. Na Luisiana, o CL sempre conviveu com várias línguas, por isso a análise tradicional de que o CL ocupa um pólo do contínuo de prestígio. Outrossim, independente das atitudes linguísticas frente ao CL, a falta de contato com outras línguas servia para preservar a língua nas regiões onde ainda é falado atualmente, sendo sua divisão territorial por pântano, rio ou lago que, até recentemente, deixavam o acesso demorado e perigoso, essencial para manter sua vitalidade.

Ademais, a importância de motivos socioeconômicos como fator na determinação da vitalidade linguística do CL pode ser observada na mecanização da agricultura que forçou trabalhadores agrícolas a saírem de lugares rurais à procura de emprego que muitas vezes exigia conhecimento do inglês. Embora a questão econômica esteja intimamente relacionada com uma série de fatores sociais, tais como a estrutura de classe, os domínios de uso e prestígio social, a economia pode ser um motivo singular dando impulso à conversão linguística.

## 7.4 A morte da língua

A vitalidade linguística é, evidentemente, intimamente ligada à morte da língua. Sasse (1992), reconhecendo a falta de uma teoria madura da morte da língua, propõe uma teoria prévia que consiste em três aspectos. Temos o ES (*External Setting* ou Cenário Externo), o SB (*Speech Behavior* ou Comportamento Linguístico) e as SC (*Structural Consequences* ou Consequências Estruturais).

O ES é composto por fatores extralinguísticos, ou seja, questões culturais, sociológicas, etnohistóricas, econômicas, etc., enfatizadas neste trabalho, que levaram à formação de tal comunidade linguística. O SB aborda o uso da língua na sociedade multilíngue, domínios de uso de uma variedade ou de um estilo, atitudes linguísticas, etc. O ES influencia fortemente o SB, como já foi destacado.

As SC são de caráter puramente linguístico: mudanças na fonologia, na morfologia, na sintaxe ou no léxico de uma língua ameaçada de extinção. Observamos essas consequências estruturais no CL em forma de amplo uso de empréstimo, decalque e mudança de código. Vejamos um exemplo de Valdman e Klinger (1997), no qual há adjetivos, advérbios, verbos e substantivos ingleses (p. 111, tradução minha):

*Je te kō nē prã ã bari, avøk ã but lapo, e je te gẽ jofê lapo pu li vini stiff.*  
*Kã li vini stiff, then je bang li. Mo pãs se de zafê je mẽnẽ isi dã slavery.*

Pegavam um barril com um pedaço de pele e esquentavam a pele até ficar *stiff* [dura]. Quando ficava *stiff, then* [daí] *bang* [batiam]. Eu acho que são coisas que foram trazidas para cá [da África] com a *slavery* [escravidão].

Além disso, podemos observar outros exemplos no CL, como *Li te good-looking* (“Ele era bonito”), ou decalques que preservam a sintaxe e a semântica do inglês, como *Mo va wa komõ sa va travaje* (“Vou ver como vai funcionar”), sendo o verbo *travaje* (‘trabalhar’) usado no sentido de ‘funcionar’ atribuído ao verbo *to work* em inglês (Valdman e Klinger, 1997:112).

Além dessa divisão, Sasse (1992) analisa as “relações implicativas” entre o ES, o SB, e as SC, descrevendo precisamente o caso do CL. Ele supõe uma comunidade multilíngue, que por quaisquer motivos históricos, apresenta uma distribuição desigual de línguas. Por motivos políticos e/ou econômicos, essa desigualdade passa a ser fonte de uma pressão social forte que pode criar uma atitude negativa frente à língua do grupo não dominante, levando à decisão de abandonar essa língua. Essa distribuição desigual entre as línguas leva à distribuição complementar de domínios, tendo como consequência a perda de léxico ou falta de desenvolvimento nos domínios onde a língua dominante é favorecida. Devido a essa restrição de domínios de uso, o bilinguismo coletivo aumenta porque seus falantes têm de aprender a língua dominante a fim de usá-la nos domínios nos quais não se pode mais usar a língua não dominante. Isso pode levar à interferência e à simplificação, mas nessa fase a língua ainda permanece funcionalmente intacta. Porém, quando começa a ocorrer o abandono da língua e sua transmissão é interrompida, a língua se torna secundária e imperfeita. A criança escuta somente ocasionalmente a língua, e esse contato limitado não é suficiente para adquirir a proficiência linguística normal nessa língua. Além disso, numa situação na qual a língua dominante entra em quase todos os domínios, a língua não dominante não é mais usada para vários estilos de fala (formal, narrativo, etc.), contribuindo essas limitações para uma opinião negativa sobre a língua.

Embora Sasse (1992) admita que sua teoria seja meramente prévia e que talvez não se aplique em certos casos, parece uma descrição mais do que adequada da situação do CL na Luisiana.

## 7.5 Tragédia social ou adaptação?

Na literatura sobre a morte da língua, como apontado por Mufwene (2003), muitos autores enfatizam a alta taxa de morte da língua e lamentam a perda cultural associada a esta (ver *Reversing Language Shift* (1991) de Fishman). Mufwene (2003) critica essa visão estática da cultura e do patrimônio cultural se apagando. Ele propõe uma análise alternativa que parte de sua visão mais ampla em *The Ecology of Language Evolution* (2001b): que os falantes tomam decisões relacionadas à língua, consciente ou inconscientemente, de acordo com o ambiente onde se encontram, enfatizando fatores socioeconômicos na tomada de decisão.

Nesse sentido, de uma perspectiva antropológica, podemos questionar a conversão linguística como uma perda e enxergar como uma apropriação de outra língua. A cultura antiga não é perdida quando outra é “assimilada”; de fato, a cultura dita “dominante” é reinterpretada a partir de outra história, valores, costumes, etc. Nesse sentido, essa apropriação linguística é feita aos poucos, com cada interação linguística de cada falante afetando suas percepções e seu uso da língua e, ao juntar esses indivíduos em grupo, temos o ponto de partida para um estudo sociolinguístico.

Além disso, numa tentativa de manter nossa objetividade e nosso rigor científico, temos de considerar os benefícios que tal apropriação pode trazer. Apropriar-se da língua dominante pode permitir acesso à educação, à mobilidade social, ao emprego, etc. e pode ser uma mudança positiva no sentido que os falantes em questão enxergam como tal. Temos de lembrar-nos que a língua não existe fora de seus falantes, sendo a língua um fato social no sentido durkheimiano (Calvet, 2002) e, portanto, deve servir para seus interesses.

## 7.6 Considerações finais do capítulo

Por meio dessa análise, percebemos, pelo menos parcialmente, o papel da política linguística, das atitudes linguísticas e de considerações práticas como o contato, a convivência, a geografia e a socioeconomia em influenciar a vitalidade de uma língua.

A partir da teoria de Giles et al. (1977), numa visão macro, destacou-se o grupo etnolinguístico no estudo da vitalidade, e das variáveis, entre outras, que mais influenciam a

vitalidade etnolinguística: *status*, demografia, e apoio institucional, embora esses autores não enfatizem as mesmas considerações práticas que foram destacadas neste trabalho.

Por outro lado, a partir do modelo micro de Mufwene (2001b), a cada interação linguística, seus falantes estão se avaliando, se julgando e se destacando a partir de critérios sociais e socioeconômicos, compartilhando a mesma visão de variação inerente e de adaptação constante que a teoria laboviana clássica<sup>19</sup>. Dessa perspectiva, a morte da língua seria um caso extremo e o resultado final da mudança linguística que é atingido por motivos sociais, sem necessariamente se atribuir um valor a esta mudança.

---

<sup>19</sup> A teoria laboviana, como apresentada em *Padrões sociolinguísticos* ([1972] 2008), aborda a mudança linguística a partir da variação, enfatizando não a língua como ente abstrato, mas os falantes que vivem numa sociedade heterogênea. Na visão de Labov, são os falantes que mudam a língua em função da sociedade.

## 8 Conclusão

Iniciamos nossa discussão da vitalidade do CH e do CL com a tentativa de definir uma língua crioula, partindo da etimologia do termo “crioulo”. Propusemos uma definição sociohistórica, sendo um crioulo uma variedade de contato das colônias e das sociedades *plantation* das Américas dos séculos XVII a XIX, passando por um tratamento da relação genética, a gênese e uma definição estrutural dos crioulos. Em seguida, introduzimos os crioulos do Haiti e da Luisiana, as geografias e os climas de cada lugar. Um paralelo histórico foi elaborado, sendo os dois lugares ligados por uma colonização francesa e espanhola, a implantação da economia *plantation*, com mão-de-obra de escravos do oeste da África que produziam cultivos semelhantes, que resultou no surgimento de dois crioulos franceses distintos, mas estruturalmente parecidos. Após a apresentação dessas semelhanças, o contraste marcante na vitalidade dessas línguas foi evidenciado e uma explicação a partir das diferenças na história pós-colonial/pós-crioulização foi proposta.

A história da formação dos crioulos no Haiti e na Luisiana foi traçada, a partir da qual podemos perceber com nitidez que, a partir do período pós-colonial, criaram-se dinâmicas sociolinguísticas bastante diferentes em ambos os lugares, tendo no Haiti uma nova nação mais ou menos unida sob o CH e na Luisiana um recém-estado americano.

Quanto à situação sociolinguística, entendemos que, no Haiti, não existe a diglossia, como é tão frequentemente afirmado, mas uma sociedade extremamente estratificada com uma divisão fortíssima entre as massas monolíngües, falantes de CH, e a elite bilíngüe, falantes de CH e francês. Na Luisiana, existe uma multiplicidade de variedades linguísticas desde a colonização, ocupando o CL o final de um contínuo de prestígio. Tanto no caso do Haiti quanto no da Luisiana, percebemos os limites da política linguística em termos de efetuar uma mudança demográfica no uso da língua.

No Haiti, uma política linguística favorecendo o francês não conseguiu criar uma competência em francês na população geral pela simples falta de acesso a essa língua, pois o francês, língua estrangeira no Haiti, teria que ser aprendido por quase todos os haitianos na escola, uma instituição extremamente precária naquele país. O CH permanece dominante no plano linguístico pela força numérica de seus falantes e pela inabilidade (ou falta de vontade) do estado para intervir, independente das atitudes linguísticas no Haiti.

No caso da Luisiana, temos a falta de uma política linguística federal, mas, no nível estadual, no século XX, a constituição do estado apoia o inglês como língua oficial. Geralmente mal visto comparado com outras variedades linguísticas atualmente presentes na Luisiana, que seja o inglês, o FP ou o FC, o CL fica no final de um contínuo linguístico, com muito pouco prestígio social. Apesar disso, o CL foi preservado por um século e meio depois da venda da Luisiana para os Estados Unidos em 1803 nos lugares onde seus falantes estavam concentrados. Contudo, mudanças socioeconômicas levaram monolíngues longe de casa em busca de trabalho que exigia conhecimento do inglês. Mais do que isso, o acesso à educação, para a qual o inglês era a única língua de instrução desde 1921, contribuiu fortemente para por fim ao monolingüismo em CL, particularmente entre os brancos, o que posteriormente levou ao abandono progressivo da língua pelo atrito linguístico.

Podemos ressaltar que a vitalidade linguística do CH nunca foi ameaçada porque nunca houve uma situação multilíngue verdadeira no país desde sua independência e, portanto, nunca houve outra língua para a qual converter. Por sua vez, uma vez que os falantes crioulofônos da Luisiana tiveram acesso ao inglês, a língua dominante, devido a mais acesso físico a regiões crioulofônicas isoladas, além de mudanças socioeconômicas que levaram falantes do CL fora do meio rural, iniciou-se um processo de conversão linguística como descrita pela teoria da morte linguística de Sasse (1992). A perda dessa língua moribunda não é uma tragédia social, nem cultural, mas o resultado de decisões tomadas, consciente ou inconscientemente, pelos falantes de acordo com seu ambiente social, cultural, étnico e econômico.

Em linhas gerais, este trabalho visa ter contribuído a um entendimento maior da importância da sociedade e da sua história para a vitalidade linguística; dos limites da política linguística e das atitudes linguísticas em realizar mudanças no uso da língua; e de considerações práticas, nomeadamente geográficas e socioeconômicas, na determinação da vitalidade linguística.

## Referências bibliográficas

- AGHEYISI, R.; FISHMAN, J. Language Attitudes: A Brief Survey of Methodological Approaches. *Anthropological Linguistics*, v. 12, n. 5, p. 137-157, 1970.
- BICKERTON, D. The Nature of a Creole Continuum. *Language*, v. 49, n. 3, p. 640-669, 1973.  
\_\_\_\_\_. The language bioprogram hypothesis. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 7, p. 173-221, 1984.
- BOUILLET, M. *Dictionnaire universel d'histoire et de géographie*, 26<sup>a</sup> ed., Paris: Hachette, 1878.
- BLYTH, C. The Sociolinguistic Situation of Cajun French: The Effects of Language Shift and Language Loss. In: VALDMAN, A. (Ed.). *French and Creole in Louisiana*. New York: Plenum Press, 1997. p. 25-46.
- CALVET, L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.  
\_\_\_\_\_. *As políticas lingüísticas*. Tradução de Isabela de Oliveira Duarte; Jonas Tenfen; Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CHAMBERLAIN, G. Haiti's "Second Independence": Aristide's Seven Months in Office. In: *Haiti: dangerous crossroads*. North American Congress on Latin America. Boston: South End Press, 1995. p. 51-56.
- CHAUDENSON, R. *Les créoles français*. Paris: Fernand Nathan, 1979.  
\_\_\_\_\_. *Des îles, des hommes, des langues*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1992.
- CIA – The World Factbook. Haiti. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em: 26 e dezembro de 2012.
- COELHO, F. A. *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- DECAMP, D. Towards a Generative Analysis of a Post-Creole Speech Continuum. In: HYMES, D. (Ed.) *Pidginization and Creolization of Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 349-370.
- DEGRAFF, M. Morphology in Creole Genesis: Linguistics and ideology. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.), *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge MA: MIT Press, 2001. p. 53-121.  
\_\_\_\_\_. Linguists' most dangerous myth: the fallacy of Creole Exceptionalism. *Language in Society*, n. 34, p. 533–591, 2005.  
\_\_\_\_\_. Haitian Creole. In: HOLM, J.; PATRICK, P. (Eds.), *Comparative Creole Syntax: Parallel Outlines of 18 Creole Grammars*. London: Battlebridge Publications, 2007. p. 101-126.

- DEJEAN, Y. Diglossia Revisited. *Word*, v. 34, n. 3, p.189-213, 1983.  
 \_\_\_\_\_. An overview of the language situation in Haiti. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 102, p. 73-83, 1993.
- DUBOIS, S. Field Method in Four Cajun Communities in Louisiana. In: VALDMAN, A. (Ed.). *French and Creole in Louisiana*. New York: Plenum Press, 1997. p. 47-70.
- FERGUSON, C. A. Diglossia. *Word*, v. 15, p. 325-340, 1959.
- FISHMAN, J. A. Bilingualism With and Without Diglossia; Diglossia With and Without Bilingualism. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 2, p. 29-38, 1967.  
 \_\_\_\_\_. *Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- GILES, H.; BOURHIS, R. Y.; TAYLOR, D. M. Towards a Theory of Language in Ethnic Group Relations. In: GILES, H. (Ed.). *Language, ethnicity, and intergroup relations*. New York: Academic Press, 1977, 307-348.
- HALL, G. M. The Formation of Afro-Creole Culture. In: HIRSCH, A. R.; LOGSDON, J. (Ed.). *Creole New Orleans: Race and Americanization*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1992. p. 58-87.
- HALL, R. A. The life cycle of pidgin languages. *Lingua*, v. 11, p. 151-6, 1962.
- HENRY, J. The Louisiana French Movement. In: VALDMAN, A. (Ed.). *French and Creole in Louisiana*. New York: Plenum Press, 1997. p. 183-213.
- HIGMAN, B. W. The Making of the Sugar Revolution. In: THOMPSON, A. O. (Ed.). *In the Shadow of the Plantation*. Kingston: Ian Randle Publishers, 2002. p. 40-71.
- HUDSON, R. A. *Sociolinguistics*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros*. Trad. de Afonso Teixeira Filho. São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.
- JOINT, L. *Le bilinguisme français/créole dans l'enseignement haïtien: quel enjeu pour le développement sociale?* Fort-de-France: Institut de Recherche pour le Développement - Université des Antilles et de la Guyane, 2004.
- KLINGER, T. A. *If I could turn my tongue like that: The Creole Language of Pointe Coupee Parish, Louisiana*. Baton Rouge: Louisiana State Press, 2003.
- KOHN, G. C. *Encyclopedia of plague and pestilence: from ancient times to the present*. New York: Infobase Publishing, 2008.

- LABOV, W. (1972). *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LACHANCE, P. F. The Foreign French. In: HIRSCH, A. R.; LOGSDON, J. (Eds.). *Creole New Orleans: Race and Americanization*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1992. p. 101-130.
- LAMBERT, W. E. The Social Psychology of Bilingualism. *Journal of Social Sciences*, v. 23, n. 2, p. 91-109.
- LEFEBVRE, C. *Creole genesis and the acquisition of grammar: the case of Haitian Creole*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MARSHALL, M. M. The Origin and Development of Louisiana Creole French. In: VALDMAN, A. (Ed.). *French and Creole in Louisiana*. New York: Plenum Press, 1997. p. 333-349.
- MCWHORTER, J. H. Identifying the Creole Prototype: Vindicating a Topological Class. *Language*, v. 74, n. 4, p. 788-818, 1998.  
 \_\_\_\_\_ . *Defining Creole*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- MUFWENE, S. S. Pidgin and creole languages. In: SMELSER, N.J.; BALTES, P.B. (Eds.). *International encyclopedia of social and behavioral sciences*. Oxford: Elsevier Science, 2001a.  
 \_\_\_\_\_ . *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001b.  
 \_\_\_\_\_ . Language endangerment: What have pride and prestige got to do with it? In: JOSEPH, B. (Ed.) *When languages collide*, Ohio State University Press, 2003. p. 324-346
- OTT, T. O. *The Haitian Revolution, 1789-1804*. Knoxville: The University of Texas Press, 1973.
- PAUWELS, A. Language Maintenance. In: DAVIES, A.; ELDER, C. (Eds.) *The Handbook of Applied Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 719-737.
- POHL, J. Demolinguistique et problèmes des langues. *Monda lingvo-problemo*, v. 4, n. 12, p. 121-149, 1972.
- PROU, M. Attempts at Reforming Haiti's Education System: the challenges of mending the tapestry, 1979-2004. *Journal of Haitian Studies*, v. 15, n. 1 & 2, p. 29-69, 2009.
- RICKFORD, J. R. Language Attitudes in a Creole Continuum. Linguistic Society of America Annual Meeting, San Antonio, Texas, 1980.
- RODRIGUES, L. C. B. *Francês, crioulo e vodu: a relação entre língua e religião no Haiti*. 259 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SASSE, H. Theory of language death. In: BREZINGER, M. (Ed.). *Language death: factual and theoretical explorations with special reference to East Africa*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1992.

SCHIEFFELIN, B. B.; DOUCET, R. C. The “Real” Haitian Creole: Metalinguistics and Orthographic Choice. *American Ethnologist*, v. 21, n. 1, p. 176-200, 1994.

SCHMID, C. The Politics of English Only in the United States: Historical, Social, and Legal Aspects. In: GONZALEZ, R. D; MELIS, I. (Eds.), *Language ideologies: Critical perspectives on the official English movement*. Mahawah, NJ: Lawrence Earlbaum, 2000.

SCHMID, M. S.; DE BOT, K. *Language Attrition*. In: DAVIES, A.; ELDER, C. (Eds.) *The Handbook of Applied Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 210-234.

SINGLER, J. V. Theories of creole genesis, sociohistorical considerations, and the evaluation of evidence: The case of Haitian Creole and the Relexification Hypothesis. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 11, n. 2, p. 185–230, 1996.

SPEARS, A. K. Introduction: The Haitian Creole Language. In: SPEARS, A. K.; JOSEPH, C. B. (Eds.). *The Haitian Creole language: history, structure, use, and education*. Lanham, MD: Lexington Books/Rowman & Littlefield, 2010. p. 1-20.

ST-GERMAIN, M. *La situation linguistique en Haïti: bilan e prospective*. Québec: Éditeur officiel du Québec, 1988.  
\_\_\_\_\_. Problématique linguistique en Haïti et réforme éducative : quelques constats. *Revue des sciences de l'éducation*, v. 23, n. 3, p. 611-642, 1997.

TARALLO, F. L.; ALKMIM, T. M. *Falares Crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

TROUILLOT, M. *Haiti, State Against Nation: The Origins and Legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1990.

VALDMAN, A. *Le créole: structure, statut e origine*. Paris: Éditions Klincksieck, 1978.  
\_\_\_\_\_. Emploi du créole comme langue d'enseignement et décréolisation en Haïti. *Language Problems and Language Planning*, v. 10, n. 2, p. 115-139, 1986.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: VALDMAN, A. (Ed.). *French and Creole in Louisiana*. New York: Plenum Press, 1997. p. 1-22.

\_\_\_\_\_. Vers la standardisation du créole haïtien. *Revue Française de Linguistique Appliquée*, v. 10, n. 1, p. 39-52, 2005.

\_\_\_\_\_. Regional and Social Varieties of Haitian Creole. In: SPEARS, A. K.; JOSEPH, C. B. (Eds.). *The Haitian Creole language: history, structure, use, and education*. Lanham, MD: Lexington Books/Rowman & Littlefield, 2010. p. 107-130.

VALDMAN, A.; KLINGER, T. A. The Structure of Louisiana Creole. In: VALDMAN, A. (Ed.). *French and Creole in Louisiana*. New York: Plenum Press, 1997. p. 109-144.

WASSINK, A. B. Historic low prestige and seeds of change: Attitudes towards Jamaican Creole. *Language in Society*, v. 28, n. 1, p. 57-92, 1999.

WINGFIELD, R.; PARENTON, V. J. Class Structure and Class Conflict in Haitian Society. *Social Forces*, v. 43, n. 3, p. 338-347, 1965.

ZÉPHIR, F. *Haitian Immigrants in Black America: A Sociological and Sociolinguistic Portrait*. Westport, CT: Bergin & Garvey, 1996.

ZINN, H. 1980. *A People's History of the United States*. New York: Perennial Classics, 2003.

## Glossário

<i>atrito linguístico</i>	o inverso da aquisição; a perda de primeira ou de segunda língua entre bilíngues ou plurilíngues (Schmid, 2004)
<i>basileto, mesoleto, acroleto</i>	o <b>basileto</b> (dialecto mais distante do padrão) e o <b>acroleto</b> (dialecto mais próximo ao padrão) são os pólos do contínuo crioulo, sendo o <b>mesoleto</b> entre eles, sem divisão distinta entre as variedades dialetais (Tarallo & Alkmim, 1987)
<i>conversão linguística</i>	o processo pelo qual um falante, um grupo e/ou uma comunidade linguística passa a falar outra língua (Pauwels, 2004)
<i>crioulização</i>	o processo de formação de uma língua crioula (Tarallo & Alkmim, 1987)
<i>crioulo</i>	língua com certa formação sociohistórica que surgiu de contato entre europeus e escravos africanos nos séculos XVII a XIX (DeGraff, 2005)
<i>crioulos franceses</i>	crioulos cujo lexificador é o francês (Valdman, 1978)
<i>demolinguístico</i>	o estudo demográfico da língua (Pohl, 1972)
<i>lexificador</i>	língua que fornece a maioria do léxico ao crioulo na crioulização (Mufwene, 2001a)
<i>política linguística</i>	políticas referentes à língua e à sociedade (Calvet, 2007)
<i>socioleto</i>	dialecto de classe social (Valdman, 2010)
<i>sociologia da linguagem</i>	o estudo da sociedade em relação à língua (Hudson, 1996)
<i>substrato</i>	a língua de menos prestígio social numa situação de contato; geralmente uma língua africana no caso dos crioulos (Tarallo & Alkmim, 1987)
<i>superstrato</i>	a língua de mais prestígio social numa situação de contato; geralmente uma língua europeia no caso dos crioulos (Tarallo & Alkmim, 1987)
<i>topoleto</i>	dialecto regional (Valdman, 2010)